

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**A INTERFACE DA RURALIDADE E DA URBANIDADE EM PERSPECTIVA:
UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA A AFERIÇÃO DO MUNICÍPIO
DE VIÇOSA – MG.**

Monografia apresentado à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências da Disciplina GEO 481 – Monografia e Seminário do curso de Geografia.

Autor: Leandro Dias Cardoso Carvalho

Orientador: Ulysses da Cunha Baggio

VIÇOSA – MG
JULHO DE 2007

Monografia defendida e aprovada em 13 de Julho de 2007, perante banca examinadora composta por:

Ulysses da Cunha Baggio

Orientador

Luís Ângelo dos Santos Aracri

Examinador

Ronan Eustáquio Borges

Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte e força de tudo e todos

Aos amigos e mentores espirituais, sempre presentes para indicar o caminho à luz.

Aos meus pais, Hugo Adão de Bittencourt Carvalho e Geci Maria Dias Cardoso Carvalho, pelas orientações, carinho e amor dispensados.

Aos meus irmãos, que em várias jornadas sempre estiveram ao meu lado.

À minha esposa Ana Paula de Almeida Gesualdo, pelo carinho, amor, solidariedade e o fundamental apoio.

Aos meus filhos Nathan, Artur e Davi. Luzes da minha vida. Ao vê-los, o meu ser se transforma.

Ao meu orientador Prof^o Ulysses Baggio pelas procedentes orientações e disposição em me orientar. Ao longo do curso, mostrou-se um grande amigo. Os meus sinceros e profundos agradecimentos.

Aos amigos de curso, juntos partilhamos vários episódios interessantes.

Aos professores do Departamento de Artes e Humanidades, pela contribuição à minha formação.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Lista de tabelas..... | vi |
| Lista de Figuras..... | vi |
| Resumo..... | vii |
| 1 – INTRODUÇÃO..... | 08 |
| 2 – REFERENCIAL TEÓRICO..... | 10 |
| 2.1 – Discussão sobre o significado do Rural e do Urbano. | 10 |
| 2.2 – Algumas características do espaço rural e do espaço urbano..... | 13 |
| 2.3 – Comparação entre os espaços urbanos e os espaços rurais: visões dicotômica; contínua; de espaço múltiplo e a visão de espaço autônomo..... | 15 |
| 2.4 –.Novas formas de se compreender o rural / urbano..... | 17 |
| 2.5 – Algumas abordagens conceituais existentes em relação ao território rural e território urbano..... | 19 |
| 3 – METODOLOGIA..... | 27 |
| 3.1 – Informações gerais sobre a formação de um índice | 27 |
| 3.2 – Formação do índice de ruralidade e urbanidade municipal (IRUM)..... | 29 |
| 3.3 – Algumas características da ruralidade e urbanidade municipais..... | 30 |
| 3.4 – Especificação do Índice de Ruralidade e Urbanidade..... | 31 |
| 3.4.1 – Especificação das categorias de análise..... | 34 |
| 4 – CARACTERÍSTICAS GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO DE VIÇOSA – MG..... | 38 |

| | | |
|-----|---|----|
| 5 – | CLASSIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA PELO IRUM..... | 41 |
| | 5.1 – Viçosa como município polarizador da região do seu entorno..... | 42 |
| | 5.2 – Valorização territorial: formas e reflexos no espaço geográfico..... | 44 |
| | 5.3 – A qualidade de vida em Viçosa – MG..... | 46 |
| | 5.4 – O desenvolvimento das formas existentes no Município: Território da diversidade e embate entre poderes..... | 48 |
| | 5.5 – A ruralidade e urbanidade presentes no município de Viçosa – MG.... | 51 |
| 8 – | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 56 |
| 9 – | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 58 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|----|---|----|
| 01 | IRUM do município de Viçosa – MG..... | 41 |
| 02 | PIB – Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00)..... | 43 |
| 03 | População absoluta de Viçosa – MG em 2000, 2005 e 2006..... | 44 |
| 04 | IDH – M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)..... | 46 |
| 05 | Acesso a serviços básicos..... | 47 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|---|---|----|
| 1 | Localização de Viçosa no Estado de Minas Gerais – Brasil..... | 38 |
| 2 | Localização do Município de Viçosa – MG na Região da Zona da Mata Mineira..... | 39 |
| 3 | Verticalização da Cidade de Viçosa – Região Central | 44 |
| 4 | Formas híbridas na região Central de Viçosa – MG. Destaque para a fachada principal..... | 50 |
| 5 | Região Periurbana de Viçosa, em destaque o Bairro São José..... | 50 |
| 6 | Plantio de Eucalipto no Bairro Cidade Nova / Distrito Industrial da Barrinha..... | 52 |
| 7 | Distrito Industrial da Barrinha em Viçosa – MG..... | 52 |
| 8 | Plantação de café ao longo da BR 120, próximo ao trevo para Ubá e Pastagem no Bairro Cantinho do Céu, em Viçosa – MG..... | 53 |
| 9 | Ponto de carroças na região Central de Viçosa – MG..... | 53 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|----|--|----|
| 01 | Índice de Ruralidade e Urbanidade Municipal – modo contínuo..... | 32 |
| 02 | Índice de Ruralidade e Urbanidade Municipal – Área de análise..... | 33 |
| 03 | Índice de Ruralidade e Urbanidade Municipal (IRUM)..... | 34 |
| 04 | Gráfico do IRUM para o município de Viçosa – MG..... | 42 |

EQUAÇÕES

| | | |
|----|---|----|
| 01 | Formação do IRUM..... | 31 |
| 02 | Equação do IRUM acrescido a variável δ | 32 |

A INTERFACE DA RURALIDADE E DA URBANIDADE EM PERSPECTIVA: UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA A AFERIÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA – MG.

Resumo:

A definição do território rural e urbano é tarefa que envolve vários elementos materiais e imateriais (símbolos) que, nem sempre, são fáceis de serem percebidos, bem como, estão em constantes transformações, a depender do processo histórico e espacial das sociedades. Não é o intuito deste trabalho definir o que vem a ser urbano ou rural. O significado de rural e urbano é intrigante. Queiroz (1973) analisa a evolução das sociedades para compreender as características dos mesmos. A princípio, existiria a sociedade tribal que evoluiu para a sociedade agrária e, depois, evoluiu para a sociedade urbana. Ponte (2004) busca as inter-relações entre o espaço geográfico e as sociedades que o habitam para a compreensão dos espaços rurais. As inter-relações foram profundamente alteradas pela Revolução Industrial. Esse seria o “ponto de inflexão”, momento no qual a cidade passa a ditar as normas ao campo. Surge, assim, a visão dicotômica entre campo (atrasado, arcaico, etc) e cidade (progresso, desenvolvimento, etc). Tal posicionamento não é compartilhado pelos autores Alentejano (2000), Oliveira (2006), Abramovay (1998 e 2000), entre outros. Este trabalho compartilha desta visão, ou seja, o meio rural apresenta a sua identidade, o que não significa que seja atrasado ou extremamente dependente da cidade. Para identificar os aspectos da ruralidade e urbanidade baseou-se em Sorokin e Zimmermann (1929), Abramovay (1998 e 2000) e Queiroz (1973), levando-se, basicamente, em consideração a ocupação, o ambiente, o tamanho das comunidades, homogeneidade e heterogeneidade das sociedades envolvidas e a mobilidade de trabalho e estratos sociais existentes nos espaços rurais e urbanos. Para auxiliar na análise das condições do município de Viçosa – MG, elaborou-se um índice que foi denominado *Índice de Ruralidade e Urbanidade Municipal* (IRUM). Pelo IRUM, o Município de Viçosa ficou classificado como pertencente à Categoria Intermediária do Tipo Terciário.

Palavras chaves: 1 – Ruralidade / Urbanidade, 2 – Índice de Ruralidade e Urbanidade, 3 – Viçosa – MG, 4 – Território, 5 – Formas espaciais.

1 – INTRODUÇÃO

O atual espaço rural e espaço urbano se entrelaçam, uma vez que a dinâmica capitalista existente abrange a todos os espaços a fim de favorecer a reprodução do capital. O rural dos séculos passados constituía-se através de relações econômico-sociais e políticas que, com o tempo, configuraram-se e moldaram-se às necessidades vigentes. Assim, ao se analisar o rural é necessário observar a rede de relações que o molda e o especifica.

Neste intuito, considerar o espaço rural como uma negação do espaço urbano, ou mesmo como uma etapa para se chegar à urbanidade é incompleto e incoerente por não compreender e analisar as novas dinâmicas existentes nos territórios rurais e urbanos.

Assim, há uma divergência entre a realidade que realmente existe nos municípios brasileiros e a metodologia oficial empregada para se identificar o espaço geográfico que, no Brasil, ou é considerado espaço rural ou espaço urbano.

Este trabalho tem como premissa que, para a estipulação de políticas públicas e planejamento de estratégias de desenvolvimento mais eficientes, torna-se fundamental uma melhor identificação das características que os municípios apresentam. Até o momento, no Brasil, esta delimitação ainda é efêmera, necessitando de uma maior discussão, para isso, faz-se necessário aproximar a questão teórica da questão prática.

Diante de tais inquietações, este trabalho tem o intuito de propor uma nova maneira de compreender as particularidades presentes no município. Essa compreensão poderia subsidiar aos geógrafos e demais profissionais na elaboração de políticas públicas e na percepção de outras formas de se analisar o território municipal.

Este trabalho não tem a pretensão de ser conclusivo, apresentando uma metodologia pronta, mas sim, de realizar um ensaio através do desenvolvimento de uma metodologia com base na elaboração de um índice que possibilite, apesar das suas limitações, captar algumas características da ruralidade e urbanidade presentes nos municípios. Compreende-se que, para a metodologia proposta nesta monografia ser aferida, seria necessário um maior aprofundamento e simulação das possíveis situações factíveis de serem captadas pelas variáveis que comporiam o índice, ou mesmo a introdução de novas variáveis.

No referencial teórico, foi adensada a discussão sobre ruralidade e urbanidade, mostrando que existem várias maneiras teóricas de se analisar este tema. A princípio,

faz-se uma discussão sobre o rural e o urbano segundo a visão de vários autores; depois, exploram-se as características de tais espaços com a finalidade de se chegar às várias percepções que existem sobre o espaço rural e o espaço urbano. Em seguida, descreve-se a mais nova maneira de se discutir o espaço rural e o espaço urbano. Fechando este tópico, discute-se a base conceitual desenvolvida por Milton Santos (1977) sobre a formação sócio-espacial para embasar esta monografia.

Logo em seguida, desenvolve-se a metodologia proposta, discutindo a utilidade dos índices; e depois, elabora-se e explica-se o Índice de Ruralidade e Urbanidade Municipal com a identificação das suas onze possibilidades de classificação dos municípios.

E, finalizando este trabalho, utilizou-se o índice elaborado para a identificação do município de Viçosa – MG. Para embasar esta monografia, procurou-se identificar no município algumas características que pudessem validar a metodologia empregada.

Esta monografia tem como objetivo geral captar parte da dinâmica social (representado pela população), econômica (representado pelo PIB) e espacial (sinteticamente, o reflexo – formas – do modo de produção da sociedade sobre o seu território) presente nos espaços rurais e espaços urbanos que permitiriam classificar o município segundo os critérios estipulados. Mais especificamente, analisar se há coerência entre o Índice de Ruralidade e Urbanidade Municipal desenvolvido nesta monografia e a realidade existente no município de Viçosa – MG.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – Discussão sobre o significado do Rural e do Urbano.

Queiroz (1973, p.200 - 201), ao analisar, sinteticamente, a evolução das sociedades rurais / urbanas utiliza-se do modelo de sociedades elaborado por Robert Redfield e, com base historicista, analisa a questão da dominação / subordinação e a alteração do espaço geográfico nas sociedades, bem como compreende que pela atual complexidade do mundo em que vivemos os tipos de sociedades diferentes podem coexistir no mesmo tempo histórico e encontrarem-se inter-relacionadas pelo aspecto econômico.

A princípio, haveria a “sociedade tribal” em que não haveria uma distinção entre as sociedades rural / urbana e as relações sociais seriam mais intensas e pessoais e os grupos sociais seriam menores e a divisão social do trabalho é fraca.

A seguir haveria a “sociedade agrária” que, além das relações de afetividade, incorporaria a relação impessoal em níveis variáveis conforme a sociedade agrária analisada. Destaca-se que ainda existiria o predomínio das relações pessoais. Nesta sociedade já figura a cidade como centro político-administrativo que ao mesmo tempo que dita as normas ao meio rural, por ele é também delimitado devido à importância do rural para a economia e sociedade aí constituídas.

Especificamente no caso brasileiro, Queiroz (1973, p.209) analisa o processo de industrialização e urbanização e chega à hipótese de que no início do século XIX (por volta de 1820), período caracterizado por uma sociedade agrária, mesmo antes da aceleração do processo industrial, difundiu-se no país o gênero de vida da sociedade burguesa, que diferenciaria a população urbana pelo aspecto econômico e, principalmente, pelo aspecto cultural, ou seja, diferenciaria o modo de vida rural do urbano. A princípio, no período analisado, as cidades burguesas eram subordinadas às atividades rurais. “Assim, a diversificação entre cidades de intensa vida burguesa citadina e cidades mais homogêneas com o campo parece estar ligada no Brasil, não à industrialização, e sim à riqueza do meio rural.” (QUEIROZ, 1973, p. 211). Ou seja, o empobrecimento do meio rural, neste período, levaria a uma redução na diferença (econômica e cultural) entre o rural e o urbano.

A terceira sociedade descrita por Queiroz (1973), seria a “sociedade urbana”, em que o predomínio da impessoalidade é evidente nas relações sociais. Agora, as relações pessoais se encontram restritas a pequenos grupos dentro de tal sociedade. Ressalta-se que este tipo de sociedade seria fruto da tecnologia que ao mesmo tempo em que a molda, favorece a sua influência sobre o rural, já que este se tornou consumidor de máquinas, equipamentos e tem direcionado a sua produção segundo os interesses urbanos. Assim, o rural seria moldado ao padrão do gênero de vida urbano e haveria como consequência desta influência uma maior estratificação social no meio rural, tal qual encontrado nos centros urbanos.

Ciente de tais transformações do rural / urbano ao longo do tempo, Ponte (2004), utilizando-se, a princípio, de uma linha histórica cronológica, analisou as diversas formas de se compreender o espaço rural buscando uma maneira de entendê-lo não a partir das suas características, mas das inter-relações entre o espaço e a sociedade que o habita. Destaca-se o período da Revolução Industrial, no século XVIII, em que, em termos econômicos, o campo perde lugar de liderança na composição do Produto Interno Bruto para a cidade industrial. Com isso, cria-se uma dicotomia que ainda persiste em grande parte da sociedade, uma vez que o termo rural passa a ser associado a atrasado e o urbano à modernidade, progresso, desenvolvimento (PONTE, 2004, p.21).

Além da visão dicotômica entre campo-cidade, existem autores que defendem uma visão de continuidade entre o rural e o urbano, em que este também se beneficiaria (direta ou indiretamente através de infra-estrutura e equipamentos originados nas cidades) do processo de urbanização. Tal visão é compartilhada por Henri Lefebvre (1999) com a urbanização do rural.

Henri Lefebvre (1999, p.15), ao discutir a revolução urbana, parte da hipótese da “urbanização completa da sociedade” e a consequente constituição da “sociedade urbana”, ou seja, a sociedade totalmente urbanizada é oriunda do processo de industrialização, prolongando-se pelo período pós-industrial. Tal sociedade absorveria a “produção agrícola” que se encontraria subordinada à atividade urbana – industrial. Para justificar tal pensamento, o autor retrata a expansão do “tecido urbano”, que seria o “conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, 1999, p. 17). Portanto, os elementos existentes na cidade que se encontram presentes no rural seriam, segundo Lefebvre (1999), partes constituintes do tecido urbano e, nos locais em que, por ventura, tais elementos estivessem ausentes

seriam locais estagnados, atrasados e pobres, colocando-se, assim, em oposição ao processo global de urbanização.

A visão de uma continuidade entre o rural e o urbano para Lefebvre (1999, p.20), aparece ao propor um “eixo” espacial (através da modificação do espaço) e temporal (desenvolvimento do processo ao longo do tempo) para retratar desde a ausência de urbanização (0%) até a urbanização completa (100%). Entretanto, ressalta-se que os extremos não são observáveis na sociedade moderna, ou seja, não haveria, para Lefebvre, um lugar totalmente rural e nem totalmente urbano. Em sua análise, o autor retrata a evolução das cidades.

Lefebvre (1999, p.27) retrata que inicialmente emerge a cidade política, a qual evoluiria para a cidade comercial. Nesta etapa, o rural sobrepujava o urbano e, posteriormente, a cidade comercial progride para a cidade industrial. Neste segundo momento, ocorre um “ponto de inflexão”, momento de profundas e significativas mudanças econômicas, políticas e sociais, em que o rural passa a ser subordinado pela cidade industrial que tende a evoluir para uma “zona crítica” (que seria almejada); antes, porém, ocorreria uma “implosão – explosão”, ou seja, haveria uma concentração urbana, promovida principalmente pelo êxodo rural, ocasionando a extensão do tecido urbano sobre o rural. Torna-se claro, neste sentido, que a cidade ainda encontra-se em transformação, processo que tende a subordinar o rural, transformando-o segundo os interesses do urbano, ou mesmo urbanizando-o pela extensão do “tecido urbano”.

Continuando nessa linha de existência de um espaço contínuo entre o rural e o urbano, Marques (2002), ao analisar o conceito de espaço rural pela relação da divisão territorial do trabalho, conclui que os espaços rurais não podem ser compreendidos separadamente, como muitos pesquisadores o fazem (MARQUES, 2002, p. 96). A autora compreende que existem dificuldades em se estabelecer uma definição para o rural, haja vista que este apresenta uma grande diversidade de situações e também por sofrer a influência “político-ideológico e os objetivos que visam atender as diversas definições.” (MARQUES, 2002, p.99)

Contribuindo para o entendimento do espaço rural, Solari (1973) já mencionava a importância de se compreender a diferença entre o rural e o urbano no aspecto social. Nesse sentido, sem menosprezar o lado material, o autor embasa a sua análise da questão do rural / urbano nas relações sociais e não necessariamente dos objetos presentes em tais meios.

2.2 – Algumas características do espaço rural e do espaço urbano.

Solari (1973, p.6) faz referências a Sorokin e Zimmermann (1929) que estabeleceram critérios que se “supõem funcional e casualmente conectados”, que, com o intuito de se obter uma maior compreensão sobre a caracterização do espaço rural / urbano através da análise das suas sociedades, serão mencionados.

A princípio, destacando-se como orientador das demais características básicas para a distinção das sociedades rurais / urbanas, vem a **ocupação**, em que o trabalho exercido pelos indivíduos identificaria o tipo de sociedade. A população que não desempenha uma atividade econômica específica estaria, de certo modo, vinculada à atividade do campo, o que lhe conferiria as características de sociedade rural. Ressalta-se que as atividades de beneficiamento dos produtos primários constituem uma atividade “acessória” por não ser o objetivo primário que seria a reprodução dos indivíduos da sociedade rural. Portanto, a sociedade rural estaria diretamente ligada a terra.

Destaca-se que os autores não fazem menção às sociedades extrativistas vegetais. Entretanto, devido ao fato de explorarem o meio ambiente bem como pela condição de dependência que apresentam quanto ao meio em que estão inseridas, elas poderiam ser entendidas como partes constitutivas da sociedade rural.

Em segundo lugar, destaca-se a característica da **diferença ambiental**, em que predomina o trabalho ao ar livre, diferentemente da natureza das atividades econômicas encontradas nas sociedades urbanas. Portanto, as atividades do meio rural seriam mais influenciadas pelas condições edafo-climáticas do meio, diferentemente do artificialismo ambiental das cidades. O interessante é que, nesse caso, os autores destacam a diferença psicológica que um indivíduo percebe ao estar no meio rural ou urbano. Entretanto, tais percepções, por serem subjetivas, nem sempre são de fácil mensuração para uma aferição mais quantitativa que vise à definição do rural e do urbano.

Prosseguindo na análise ambiental, pelo lado psicológico, os autores pressupõem que na atividade rural os trabalhadores contam com forças que escapam ao seu controle absoluto, pois são forças da natureza que, de modo geral, e resguardando as devidas escalas de análise, são incontroláveis para a grande maioria dos trabalhadores do meio rural.

Embora não explicitamente mencionado pelos autores, um outro elemento importante para a análise do rural / urbano estaria relacionado às características do bem produzido. O trabalhador urbano geralmente produz bens inorgânicos (como o aço e as máquinas) ou então produtos que não apresentam vida, ou seja, mesmo partindo de matéria prima natural, viva, ela a transforma em objeto, em matéria inanimada, ou então, a atividade urbana visa “o manejo das ações e reações de outros seres humanos” (SOLARI, 1973, p.7)

Nesse sentido, pode-se ressaltar a finalidade de tais objetos produzidos pelo trabalhador urbano, que tem como objetivo primordial o consumo comercial, diferentemente do trabalhador rural, voltado ao consumo familiar para a reprodução da sociedade rural, bem como a incerteza verificada em relação ao modo de produção da sociedade urbana é bem menor quando comparada ao modo de produção rural.

Em terceiro lugar, destaca-se a característica do **tamanho das comunidades**. Devido às características da atividade rural é necessária uma maior área (não propriamente território) para o desenvolvimento das suas atividades, requerendo, assim, uma maior atenção, pois qualquer descuido pode comprometer a produção. Desse modo, o rural apresentaria uma menor densidade demográfica. “Existe uma correlação negativa entre o volume demográfico de uma comunidade e sua percentagem de habitantes dedicados às atividades rurais.” (SOROKIN E ZIMMERMANN, 1929, *apud* SOLARI, 1973, p.8), ou seja, o comum é que quanto maior a densidade populacional menos as pessoas trabalham em atividades rurais.

Em quarto lugar, destaca-se a **homogeneidade e heterogeneidade dos integrantes da sociedade urbana e da sociedade rural**. Isso se deve, em grande parte, ao processo de constituição dos centros urbanos em que há uma maior migração (entrada e saída de pessoas) e, portanto, favorecem a heterogeneidade dos relacionamentos tanto voluntários como involuntários. Os autores ressaltam que existem relacionamentos primários (que ocorrem entre as pessoas) e os relacionamentos secundários (promovidos pelos meios de comunicação). Em suma, dentro de uma realidade nacional é mais provável que os relacionamentos no interior da cidade sejam mais numerosos, mais impessoais, de menor intensidade e menor duração do que os relacionamentos sociais rurais. Nesse sentido, percebe-se que a cidade seria o ponto de encontro e de acolhida das diversidades.

Ainda contrastando o rural com o urbano, destaca-se que no primeiro há uma menor mobilidade no trabalho em relação ao segundo. A maior quantidade e intensidade

na mobilidade social e ocupacional, tanto horizontalmente (ocupação de novas funções) como verticalmente (ascendente ou descendente) no meio urbano estão associadas diretamente a maior presença dos agentes sociais (universidades, associações, entre outros), bem como a maior quantidade de estratos sociais presentes em tais espaços.

Outra característica não menos importante que as demais, e que favorece a heterogeneidade urbana, seria a questão econômica representada pela maior concentração de renda presente na cidade. Tal fato favorece o surgimento de uma força migratória já que há uma maior demanda por diversos tipos de trabalhos mais intensivos em mão-de-obra que a classe mais rica não estaria disposta a exercer, mas que está no seu fundamento utilizar. Ou seja, a cidade muitas vezes cria a esperança de uma vida melhor para a grande maioria da população, mesmo para aqueles que apresentam um baixo grau de especialização e escolaridade. Embora não mencionado pelos autores, deve-se considerar que o poder econômico presente nas cidades favorece as suas sociedades na utilização de uma maior quantidade e intensidade de produtos e serviços, o que também influiria diretamente na heterogeneidade urbana.

E, por fim, deve-se analisar o princípio da **herança**, que se fundamenta na idéia de que “o lugar que uma pessoa ocupa na sociedade é determinado, essencialmente, pelo lugar que nela ocupavam os seus pais – é muito mais forte no meio rural do que no meio urbano.” (SOROKIN e ZIMMERMANN, 1929, *apud* SOLARI, 1973, p.9).

À luz destas considerações, fazem-se necessárias algumas observações em relação ao proposto por Sorokin e Zimmermann (1929). Inicialmente, é preciso chamar-se a atenção para o fato de que a identificação do rural / urbano pode servir tanto para os pesquisadores que defendem a metodologia dicotômica quanto aos que defendem a metodologia de uma continuidade espacial, visto que ao mesmo tempo em que podem existir realidades extremas e antagônicas, compreende-se que não há uma inviabilidade de pressupor uma gradação entre tais extremos.

2.3 – Comparação entre os espaços urbanos e os espaços rurais: visões dicotômica; contínua; de espaço múltiplo e a visão de espaço autônomo.

Um outro ponto é que, metodologicamente, o arcabouço teórico utilizado pelos autores Sorokin e Zimmermann expõe uma lógica marcadamente racional, o que, pelo nosso entendimento, restringe o alcance da análise. Entretanto, a operacionalidade de tal metodologia pode sofrer alterações a depender das sociedades analisadas, já que cada

sociedade apresenta características específicas retratadas pela sua realidade e redes de interações tanto interna quanto entre outras sociedades. Nesse sentido, tanto a idéia dicotômica entre o rural / urbano quanto à idéia de um espaço contínuo entre ambos os meios podem carecer de um embasamento teórico para explicar e caracterizar as múltiplas realidades existentes no contexto atual de desenvolvimento das nações e entre as distintas realidades internacionais.

Assim, supor que pode existir uma alternativa à visão dicotômica bem como a idéia de que exista um espaço contínuo entre o rural e o urbano não deve ser desprezada. As relações existentes no meio rural e mesmo no meio urbano caracterizam os múltiplos espaços como detentores de uma identidade própria, não necessariamente evolucionista, contínua ou dicotômica (embora possam parecer assim), mas sim, espaços dotados de uma identidade própria que seriam moldados pelas relações sociais e econômicas internas e externas a que estão submetidos, bem como pela influência da dinâmica do espaço que ela ocupa em determinado tempo. Portanto, um espaço semi-urbanizado não necessariamente se tornará um espaço totalmente urbano, a exemplo das cidades com declínio populacional e econômico que encontramos em diversas regiões brasileiras, ou mesmo a situação descrita por Queiroz (1973, p.207) do traslado (e não a extinção) das atividades rurais mais tradicionais para longe dos centros urbanos, na medida em que se desenvolve o processo de urbanização. Como bem observa Alentejano (2000, p.103- 104), atualmente há nas cidades várias características que poderiam ser definidoras do meio rural ou vice-versa, como por exemplo, alta densidade tecnológica existente em algumas áreas rurais brasileiras.

Pelo exposto até o momento, o que parece claro é que continuar com a mesma definição de rural e urbano como uma situação de mútua negação, se cria, no contexto atual, um equívoco, à medida que não abrange a quantidade e complexidade de relações existentes no espaço geográfico. A visão dicotômica pressupõe a existência de um espaço puro, ou seja, um espaço que seria o modelo ideal de rural ou urbano. Assim, pode-se dizer que nos primórdios da civilização seria concebível a existência de um rural puro. Por outro lado, haveria que se fazer um grande esforço de imaginação para se conceber um “urbano 100%”. O fato é que por faltar a essência da veracidade, torna-se dificultoso trabalhar com tais conceitos nos dias atuais.

2.4 – Novas formas de se compreender o rural / urbano.

Outro fator importante, é que a teoria do *tecido urbano* desenvolvido por Lefebvre não é a única fonte de análise do urbano sobre áreas rurais. Utilizando-se de outro arcabouço teórico, Queiroz (1973, p.205 - 206), que também compreende que o grau de industrialização é importante para a definição do urbano, mas sob outro prisma de análise, diferentemente da idéia de tecido urbano, pode-se imaginar o prolongamento do rural sobre a cidade, caso esta seja industrializada com máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas. Ou seja, a autora embasa a sua hipótese de que o processo de urbanização se concretiza quando a cidade apresenta funções regionais (tanto em quantidade como em intensidade) e também dependerá da interdependência que a mesma apresenta com o meio rural circundante. Em suma, a presença de equipamentos tecnológicos ligados às atividades primárias (principalmente atividades agrícolas) não seria suficiente para identificar o meio rural como sendo meio urbano, mas sim o contrário, como um prolongamento do rural sobre o urbano.

Alentejano (2000, p.102), vem a colaborar com tal discussão, ao analisar o programa governamental do “novo rural brasileiro”. O autor se posiciona de modo a rejeitar a hipótese de um processo, que estaria em curso, de extinção do rural pelo prolongamento do urbano. A expansão do urbano trouxe novos significados ao rural. Desse modo, o autor sustenta a idéia de que o “o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado” (ALENTEJANO,2000, p. 102). Nesse sentido, não há espaço para uma visão dicotômica do rural (que seria marcado pelo atraso, pelo natural, etc) quando comparado com o urbano (lugar do progresso, da modernidade). No intuito de compreender as mudanças que estão acontecendo no meio rural, Alentejano se utiliza do par rural-urbano, não no sentido dialético, mas sim no sentido conceitual.

Assim, Queiroz (1973, p 203 - 204) se manifesta no sentido de se estudar o meio rural como parte de um amplo conjunto social de que faz parte a cidade, evidenciando nitidamente, que não faz sentido estudar o rural sem se conhecer o urbano, principalmente em uma região rica em diversidade.

Em um país bem dotado de diversidades econômicas e sociais, como é o caso do Brasil, encontra-se, ao longo do seu território, várias realidades que, muitas vezes, compartilham o mesmo espaço geográfico em harmonia ou em litígio.

Ao analisar a configuração do meio rural, Ponte (2004) relata que atualmente, existem diversas atividades não rurais presentes nos espaços rurais como as “novas características no campo” (PONTE, 2004, p.22). Nesse sentido, Brito e Mesquita (1982, p 1-8) observam que a modernização do espaço agrário brasileiro ocorreu intensamente em momentos de crise do capitalismo. Talvez o meio rural brasileiro responda melhor a uma solução plausível às crises econômicas pelas quais passou. Seja como for, com as ações e a anuência do Estado, o rural passa a ser o lócus de diversos investimentos, inclusive de agentes urbanos, passando a absorver produtos urbanos industriais e fornecendo as condições necessárias para a estabilidade econômica.

Nesse intuito, através do capitalismo pode haver uma estreita ligação de forma dicotômica, contínua ou autônoma, ou outra qualquer (a depender da realidade analisada) entre o rural e o urbano. Evidencia-se que tal relação entre o rural e o urbano foi analisada por Abramovay (1998) e que deve ser entendida não no sentido de terminar, ou “urbanizar” o rural, tal como preconizado por Lênin (1985 *apud* ABRAMOVAY, 1998) e Marx (1985, *apud* ABRAMOVAY, 1998), ou no sentido do rural ser apropriado pela indústria, tal como estimava Kautsky (1986), mas sim no sentido deste se readaptar às novas condições existentes da conjuntura de inserção do rural, tal como evidenciado por Chayanov (1981) no início do século XIX..

O real é que a implantação do desenvolvimento rural no Brasil ocorre de forma assimétrica em que algumas regiões apresentam grandes investimentos e outras regiões que revelam escassez de recursos. Isso dependerá da condição de tais espaços rurais estarem ou não integrados a um sistema de produção capitalista. Assim, origina-se no meio rural espaços que utilizam uma tecnologia tradicional, de produção camponesa para subsistência paralela a espaços rurais com denso aparato tecnológico para amparar uma produção de commodities agrícolas.

Ressalta-se que Brito e Mesquita (1982, p.4-6) ao analisarem a expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no início da década de 1970, constataram que uma grande parte dos projetos de desenvolvimento rural visa levá-lo à modernidade ao implantar no campo os padrões capitalistas urbanos industriais, ou seja, torna-se evidente que as características peculiares do espaço rural são renegadas ou não consideradas em tais modelos de desenvolvimento.

Nesse momento, questiona-se se o resultado deste processo de “modernização assimétrica” seria ainda identificado como sendo um espaço rural, principalmente nas regiões mais desenvolvidas, quando comparadas às regiões menos desenvolvidas.

Assim, a sociedade rural das regiões ricas teria grandes diferenças em relação à sociedade rural das regiões menos desenvolvidas. Portanto, torna-se importante uma metodologia que seja capaz de abranger grande parte da realidade existente no rural a fim de se conseguir uma análise mais fidedigna da realidade, de modo a auxiliar a elaboração de melhores políticas para o rural / urbano.

Solari (1973) retrata uma realidade multifacetada do rural, o que, segundo o autor, requer uma escala de análise “multidimensional”. Esta visão vai além da visão dicotômica e a de um contínuo espacial. Nesse sentido, o autor defende a idéia de que é necessário nesta análise multidimensional “atribuir uma definição muito precisa a cada uma delas, esforçar-se para quantificá-las, e estabelecer correlações entre elas”(idem, p. 16).

Porém tal posicionamento analítico não é consensual no meio científico. Alentejano (2000) é coerente com a situação complexa atual que envolve o rural e o urbano. Entretanto, apresenta a hipótese de que a diversidade de formas de organização social presentes tanto no rural quanto no urbano não deve ser compreendido como a existência de “vários urbanos e rurais”, pois tal posição pouco acrescentaria na discussão da realidade atual, pelo fato de apresentar-se pouco dinâmica e empobrecedora da questão rural / urbana, o que implicaria na “simplificação da complexidade do real” (ALENTEJANO, 2000, p. 104). Para o autor, o sentido da natureza do rural reside nas “dimensões econômica, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra” (ALENTEJANO, 2000, p. 104), mas não no sentido de que “exista uma forma específica de relação com a terra no rural”, mas sim que a dinâmica urbana é menos dependente (economicamente – terra como elemento de produção; socialmente – dimensão simbólica, afetiva e cultura; e espacialmente – arranjos espaciais de ocupação do espaço, aparato de infra-estrutura presente e moradias) da terra do que a dinâmica rural.

2.5 – Algumas abordagens conceituais existentes em relação ao território rural e território urbano

Para uma melhor compreensão da importância, da dinâmica e da especificidade da problematização do rural e do urbano, é possível constatar certa diversidade de abordagens e mesmo restrições quanto aos critérios teóricos adotados, como, aliás, bem observa Henri Lefébvre, ao asseverar que “a questão geral das relações entre a cidade e

o campo está longe de ser resolvida” (LEFEBVRE,1999, p 21). Embora se reconheça avanços importantes nesta discussão ao longo das últimas décadas, ainda assim este debate envolve grande polêmica e, desse modo, nos estimula na busca de um significado consistente e coerente com as nossas indagações.

Pois bem, tendo em vista a apreensão da materialização da relação entre o rural e o urbano, é necessário observar as relações entre tais espaços. Abramovay (2000), ao pesquisar as funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo, esforça-se para contribuir na discussão sobre a delimitação do espaço rural brasileiro. O autor utiliza como premissas a idéia de que o espaço rural não é sinônimo de atraso e que a modernidade que nele possa ser instalada não significa necessariamente a urbanização desse espaço, de modo a se transformar em cidade. Portanto, as redes de comunicação, de transporte e do sistema financeiro, quando instaladas no meio rural, favorecem a sua dinamização, mas não necessariamente a perda da sua identidade como espaço rural.

Por sua vez, o IBGE, no caso brasileiro, oficialmente define o espaço rural como aquele que não é urbano. Aqui o espaço urbano é tomado como a sede dos municípios e das áreas distritais, cujos limites são estabelecidos pelo poder municipal. Por estas condições, ele determinaria o “restante”, ou seja, o que seria a zona rural. Para o IBGE, a partir do momento em que um município conseguisse uma maior densidade populacional no meio rural ou uma maior concentração de aparatos, considerados pelo poder municipal como típicos da zona urbana (implantação de indústrias, bancos, etc.), tal área seria considerada zona urbana (o que, pelo nosso entendimento, é insuficiente para qualificá-la como tal). Vale observar que esta “nova condição” implica no aumento das receitas municipais com a cobrança do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

Estas diferentes concepções sobre a questão ilustram bem a ausência de consenso sobre a metodologia mais apropriada para a delimitação do rural e do urbano. A definição do espaço rural varia segundo o país analisado, como descreve Abramovay (2000), que, ao estudar o assunto, consegue descrever os principais critérios para a delimitação de tais espaços em vários países, como os EUA e os pertencentes à OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e, mais recentemente, a América Latina. Em tais regiões, observa-se que “o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades.” (ABRAMOVAY,2000, p.2). Nesse sentido, a delimitação do espaço rural pelo governo brasileiro estaria em desacordo com a visão de muitos países, inclusive da ONU (Organização das Nações Unidas).

Sinteticamente, o trabalho de Abramovay (2000) busca a elaboração de alguns “indicadores que permitam compreender as dinâmicas das regiões rurais em suas relações com os núcleos urbanos de que dependem direta ou indiretamente” (ABRAMOVAY,2000, p 3). Entretanto, partindo-se da observação da delimitação dos espaços rurais de vários países, o autor não deixa explícito tais indicadores. Seu trabalho permite compreender, de modo analítico, o que existe de comum entre as várias definições de espaços rurais em importantes regiões econômicas do Mundo, proporcionando apoio metodológico para uma melhor compreensão do espaço rural brasileiro.

A princípio, valorizando as funções existentes no meio rural que favorecem a sua identidade, Abramovay (2000) analisa três maneiras de se definir o espaço rural e as suas limitações. O primeiro critério analisado é a “delimitação administrativa” tal como é utilizado no Brasil; o segundo critério consiste no “peso econômico na ocupação de mão-de-obra da agricultura”; o terceiro critério é o “patamar populacional”.

Como inconvenientes de tais critérios, o autor destaca a arbitrariedade dos limites estabelecidos para a definição das áreas rurais, o que dificulta uma comparação entre diferentes nações e, por isso mesmo, compromete a definição da área rural. Como exemplo, o critério do “patamar populacional” remete a uma visão dicotômica, por definir se tal espaço é rural ou urbano, sem permitir a percepção do grau de ruralidade da região, ou seja, as suas características intrínsecas.

Por entender que a questão da ruralidade envolve muito mais que tão somente a produção agropecuária – pois existem várias atividades econômicas nos municípios rurais, muitas das quais não ligadas ao setor primário – Abramovay (2000), tomando como referência os estudos da FAO / DAS e da OCDE, evidencia que “antes de uma definição setorial de áreas rurais, é necessário uma definição espacial.” (ABRAMOVAY,2000, p.06).

Nesse sentido, deve-se estabelecer o que existe de consenso entre as várias definições do espaço rural para o estabelecimento de uma metodologia que possa ser viável. Abramovay (2000, p.6), com base na literatura internacional, destaca três critérios: a “relação com a natureza” (no meio rural tal relação, **no sentido subjetivo**, torna-se oportuna principalmente quando a agricultura já não responde como a principal geradora de renda); a “densidade demográfica” que, no meio rural, tende a ser menor, e as relações sociais tendem a ser mais intensas; e a “relação do rural com o urbano”, com destaque para a relação de dependência econômica e técnica do rural para com o

urbano. Tais critérios têm como base o significado do termo ruralidade para as sociedades contemporâneas. Assim, alguns critérios são subjetivos, uma vez que dependem da compreensão de cada sociedade sobre o seu espaço rural. Encontram-se em seu trabalho, mais especificamente na seção IV, os critérios utilizados pelas nações da OCDE para a delimitação do espaço rural, sem que, para isso, o rural perca a sua identidade social, econômica e territorial.

Outra autora a tratar do assunto e que trazemos para esse debate é Wanderley (2001). Em seu trabalho, identificam-se algumas características do meio rural, que buscam compreender, de maneira qualitativa, o significado da ruralidade nas sociedades contemporâneas. Serão analisadas três características observáveis no trabalho da autora, sendo que algumas destas características se assemelham, em parte, com as identificadas por Abramovay. Tais aspectos mostram bem a dinâmica pela qual passa o meio rural perante as sociedades contemporâneas em tempos de globalização.

Destaca-se, inicialmente, que o avanço do capitalismo sobre o campo não extingue o rural, permanecendo como um apoio a análise das diferenças sócio-espaciais das sociedades modernas.

Emerge, assim, uma nova realidade no campo, principalmente se considerarmos a ruralidade como uma construção histórica, que passou de uma autonomia relativa à subordinação da agricultura à indústria. A autora, embasando-se principalmente no desenvolvimento industrial e na conseqüente modernização da agricultura, analisa que não é procedente, no contexto das sociedades modernas, caracterizar uma parte do espaço geográfico como sociedade rural isolada. Isto é, como “uma pluralidade de pequenas coletividades, em grande parte, centradas sobre elas mesmas e relativamente autônomas em suas relações com a sociedade englobante.” (WANDERLEY, 2000, p. 93).

Ressalta-se que as mudanças processadas com o advento da industrialização se refletiram não apenas nas relações econômicas, mas também nas relações sociais locais, resultando no êxodo rural e na inter-relação cultural entre rural-urbano, modificando o modo de vida tradicional existente no campo. Wanderley (2000) analisa que o rural poderá, inclusive, tornar-se “gueto de agricultores”, referindo-se ao expressivo aumento das pessoas que estão no campo e exercem atividades não-agrícolas.

Como uma conseqüência lógica da primeira característica do avanço do capital sobre o espaço rural, tem-se a diversificação do espaço rural que seria a segunda característica apresentada pela autora. Wanderley (2000, p.96) retrata que as recentes

transformações no campo resultam de fatores externos (produtos das relações políticas e econômicas vigentes) e internos (formas de regulação e de funcionamento da produção agrícola e valorização do meio rural).

As transformações pelas quais passa o meio rural tornam-se atrativas para outras categorias sociais de origem urbana. Contudo, o desenvolvimento desse espaço dependerá das atividades agropecuárias bem como das atividades não agrícolas, ou seja, atraindo diferentes atividades econômicas e interesses sociais.

Com a possibilidade de uma nova espacialização das atividades não agrícolas no campo, como, por exemplo, as indústrias, podem ocorrer o rompimento das relações tradicionais existentes no campo e a aproximação nos padrões de consumo entre as populações rurais e urbanas, levando ao campo bens e serviços que antes eram características marcantes da população urbana, refletindo-se, assim, na proximidade dos indicadores sócio-econômicos rurais e urbanos.

Tais transformações no campo servem de atrativo para as pessoas. A intensificação da migração em direção ao campo, além de ser acompanhada por uma diversificação das atividades econômicas, resulta na variação do “perfil social dos espaços rurais” que, segundo Wanderley (2000), pode ser fonte de dinamismo ou de conflito. É dinâmico à medida que oferece novas alternativas de lazer e diversidades profissionais. Entretanto, a proximidade de grupos heterogêneos no mesmo espaço físico pode ser fonte de conflitos por ameaçar a história social da população residente.

Nessa situação, a concepção de rural poderia alterar-se na visão dos próprios moradores. Haveria uma nova leitura sobre o espaço rural, o qual passaria de espaço produtivo para “espaço de consumo” (atrelados ao lazer e à residência). Nessa nova concepção, o meio rural passaria a ser “patrimônio da sociedade”, sendo visto como um bem coletivo por ser parte integrante do “patrimônio ambiental”. A autora destaca que certas “concepções a respeito do meio rural podem também ser gestadas no meio urbano e reivindicadas por grupos cidadãos.” (WANDERLEY, 2000:102).

Com tais características, “o meio rural não é mais um espaço isolado do meio urbano; ao contrário, cada vez mais ele se insere de modo diferenciado, sem dúvida, na sociedade moderna e incorpora suas mais profundas influências”. (WANDERLEY, 2000, p.109).

Como um terceiro aspecto, tem-se a questão do desenvolvimento rural no qual a agricultura compartilha, com outras atividades, a importância do lugar, o que faz

repensar um outro modelo de desenvolvimento rural apoiado, sobretudo, nas instituições presentes no meio urbano.

Para Wanderley (2000), deve-se repensar uma política que vise o desenvolvimento rural e que preserve o meio ambiente como “patrimônio de toda sociedade”. Efetivar uma política para o campo apoiada somente na potencialidade agrícola do lugar resulta em marginalização e exclusão de grupos sociais e de áreas físicas. Nesse sentido, torna-se um desafio repensar o desenvolvimento inserindo não somente os espaços rurais, mas também a própria população rural na atual dinâmica sócio-econômica.

No interior dessa população rural deve-se incluir a parcela representada pelo agricultor que convive com uma grande diversidade no seu espaço, que até há pouco tempo era o seu lugar, o seu “espaço vivido” e que, agora, se apresenta, cada vez mais, heterogêneo, complexo. Assim, o novo papel que os agricultores assumem no desenvolvimento rural depende, em parte, da sua capacidade de adquirir a competência para exercer a sua própria atividade agrícola, progressivamente mais complexa, bem como da sua capacidade de ocupar os espaços não agrícolas que estão em plena expansão. O agricultor defronta-se, assim, com novos desafios, pois o “produtor puro” está se transformando em agricultor polivalente e pluriativo. Dessa forma, há uma “reconstrução de sua própria identidade profissional”. (WANDERLEY, 2000, p.121).

Ressalta-se que as características mencionadas tentam analisar o meio rural não no sentido de extingui-lo, mas sim no de compreender as novas funções e a sua transformação social e econômica que refletirá diretamente na sua base territorial. Para tal, o território “representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 2000, p. 22).

Desse modo, analisar a formação social e espacial dos territórios se torna importante para a compreensão da sua identidade, como rurais ou urbanos, o que vale dizer a necessidade de se realizar um estudo sobre a formação econômica, social e espacial dos espaços com base nos aspectos atuais.

Nesta perspectiva, o geógrafo Milton Santos (1977, p. 86 - 87), fundamentado no trabalho de Marx e Engels sobre a Formação Econômica e Social (FES), propõe a categoria de Formação Socioespacial. Esse conceito enfatiza que a formação social (estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente por uma determinada distribuição da atividade de produção), o modo de produção (produção propriamente

ditada, circulação, distribuição e consumo) e o espaço são categorias interdependentes. Partindo da FES, Santos (1977) passa a evidenciar a importância da inclusão do espaço em um modelo metodológico de interpretação do território. Ao propor a categoria de “Formação Socioespacial” ou “Formação Espacial” para a análise do espaço (principalmente para países que apresentam uma grande heterogeneidade de situações), o autor evidencia a “evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso” (idem, p. 81-82).

Tal modelo proposto por Santos (1977) apresenta alguns princípios importantes advindos da base conceitual da FES. O primeiro princípio tem uma base objetiva, pois considera que a FES está ligada ao concreto, ou seja, não é subjetiva ou empírica, uma vez que os “traços e formas” presentes no território são resultados das relações sociais ao longo do tempo pelas sociedades aí estabelecidas.

Outro princípio é a consideração das relações estabelecidas dentro da sociedade (relação *vertical*) e das relações existentes entre sociedades distintas (relação *horizontal*). Especificamente, tratam-se das relações que se referem à estrutura interna das sociedades e das relações que ocorrem entre diferentes sociedades. Nesse sentido, Reis (2000, p.66), ao pesquisar o trabalho de Santos, evidencia a importância de incorporar o território na análise dos espaços, enfatizando que, nos dias atuais, com a nova ordem mundial, ocorrem adequações dessas inter-relações sob a lógica das redes.

Observa-se que o espaço geográfico torna-se, em parte, um reflexo das sociedades ao longo do tempo. O espaço passa a refletir a história (não no sentido cronológico) de tais sociedades através das formas nele existentes. Tais formas são originadas do modo de produção de tais sociedades. Portanto, a Formação Sócio-espacial proposta por Santos, consegue captar tal dinamismo temporário ao incorporar a análise do espaço em sua proposta metodológica.

Um outro aspecto importante relativo ao conceito de Formação Sócio-espacial seria o fato dela refletir a unidade e a totalidade das diversas partes presentes no território, o que possibilitaria a apreensão da realidade do espaço analisado. Nessa perspectiva, Reis (2000) demonstra através de argumentos de vários autores a importância de não menosprezar o território nas análises que envolvam a sociedade. Deve-se compreender que o território serve tanto como um receptáculo das ações sociais como, além disso, um universo de referências a influenciar as sociedades na sua relação histórica com ele.

Assim, pelo conceito de Formação Sócio-espacial, pode-se entender que o espaço rural é influenciado pelas forças internas inerentes ao meio e por forças externas (geralmente provenientes das cidades) para a sua evolução e configuração. Entretanto, muitas vezes os arranjos espaciais das cidades são resultados da dinâmica global, o que, direta ou indiretamente, influenciaria a organização rural em determinadas áreas do país, e isso a depender do seu grau de inserção na dinâmica das relações vigentes entre os espaços rurais e urbanos. Aí se encontra a base para o entendimento da diferença entre os lugares.

3 – METODOLOGIA

3.1 – Informações gerais sobre a formação de um índice

É preciso esclarecer, desde já, que não há consenso sobre os critérios estipulados na seleção das variáveis para a composição de um índice que envolva a questão da ruralidade e da urbanidade. Nesse sentido, empenhamo-nos na utilização de variáveis disponibilizadas pelas instituições oficiais, de modo a proporcionar fácil acesso ao indicador.

Na elaboração de um índice que envolva o tema da ruralidade e urbanidade aparece, como um importante aspecto na sua estipulação, a própria definição de rural e urbano. Resguardando as definições oficiais - que geralmente utilizam critérios técnicos na definição dos territórios de análise, mas não retratando e aferindo as dinâmicas estabelecidas entre eles, não há, portanto, um consenso e uma definição conclusiva sobre o que seria rural e urbano.

Observou-se que o conceito de rural e urbano varia segundo os critérios utilizados pelos autores. O que para um autor pode ser uma característica de novas concepções de ruralidade, para outro pode ser considerado um indicativo de urbanização, como, por exemplo, o avanço do agronegócio em muitos municípios brasileiros. Pela concepção de Lefebvre (1999), pode-se inferir que o *tecido urbano* seria, para os tempos atuais, o agronegócio expandindo-se pelo rural, configurando, assim, uma urbanização extensiva. Já para Alentejano (2000), o agronegócio seria uma nova forma de ruralidade, ou seja, a “efetiva construção de um novo rural brasileiro passa pela difusão de serviços e atividades, tidas como urbanas, no campo, com um alto grau de dispersão espacial e uma territorialidade intensa” (ALENTEJANO, 2000, p. 105).

Portanto, na literatura pesquisada, não há convergência quanto ao tratamento elucidativo do dinamismo existente entre o meio rural e o urbano. Nesse intuito, a revisão de literatura fornece uma importante base para o estabelecimento das variáveis na construção de tal índice. Destaca-se que ainda persistem embates para a seleção das variáveis, uma vez que as mesmas tendem a refletir as distintas visões dos autores envolvidos. Nesse sentido, procurou-se identificar algumas das características existentes

no meio rural e no meio urbano, com o intuito de articular e não divergir das opiniões sobre o tema.

Assim, selecionaram-se as variáveis para a construção de um indicador que visa retratar, de forma mais complexa (quando comparado à definição oficial brasileira), a urbanidade e a ruralidade de uma região do país. Compartilhando a visão de Abramovay (2000), compreende-se que a “ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas.” (ABRAMOVAY,2000, p.26).

Portanto, ressalta-se que um índice é um indicador e não um definidor da realidade do município ou região. Pela sua própria deficiência em não abarcar todas as situações sociais, econômicas e políticas para a sua elaboração, todo e qualquer índice presta-se para auxiliar a compreensão da realidade de uma determinada região. Entretanto, mesmo não abrangendo todas as situações factíveis de se tornarem uma variável na composição de um índice, esse estabelece um critério homogêneo de análise, ou seja, a metodologia empregada para a análise é igual para todos os municípios envolvidos. Portanto, um índice orienta o pesquisador na análise regional e pode ser um valioso instrumento no auxílio de tomada de decisões políticas e econômicas, as quais, certamente, influenciam o processo socioespacial.

As variáveis a serem utilizadas no IRUM serão obtidas em órgãos oficiais do governo. Mais especificamente, optou-se pela utilização da população absoluta do município e do PIB (Produto Interno Bruto), este último comporá a variável δ .

A utilização da população absoluta para compor o índice parte do pressuposto, segundo a formação sócio-espacial de Santos (1977), de que é a sociedade a grande responsável pelas várias transformações (total ou parcial) evidenciadas no espaço geográfico. Assim, o território além de refletir a sociedade que o moldou, também interfere nas ações da sociedade que o habita.

A utilização do PIB tem como fundamento que, as questões econômicas são as responsáveis por parte da dinâmica social como, por exemplo, as migrações e o consumo. Os investimentos realizados no território favorecem o aumento da disponibilidade de aparatos técnicos e informacionais o que relaciona-se diretamente com a intensificação no processo de urbanização e a conseqüente alteração espacial.

Destaca-se que poderia utilizar-se outras variáveis como, por exemplo, a questão ambiental ou mesmo alguns aspectos sociais. Entretanto, como exposto anteriormente,

este é um trabalho experimental que pode ser expandido com outras variáveis passíveis de serem testadas.

3.2 – Formação do Índice de Ruralidade e Urbanidade Municipal (IRUM).

Sendo o Brasil um país de dimensões continentais, encontramos aqui uma grande diversidade de situações sociais, econômicas e ambientais, logo territoriais. Há municípios que apresentam desde algumas centenas até milhões de habitantes, ou mesmo que apresentam grandes disparidades socioespaciais.

Portanto, na utilização de qualquer índice que pretenda operar com a realidade brasileira, é necessário ter plena consciência de que esta aferição, ao abranger todo o território nacional, fará com que o índice perca em sensibilidade e eficácia quanto à apreensão de certos detalhes e especificidades deste espaço, haja vista sua grande dimensão, diversidade e heterogeneidade, o que nos coloca um problema de ajuste de escala, sob o risco de se incorrer em leituras homogeneizantes, fazendo, assim, uma espécie de “tabula rasa” de sua complexidade.

Para aumentar a sensibilidade do indicador perante as distintas situações procedeu-se à seleção do espaço amostral. O índice desenvolvido neste trabalho tem como base a população absoluta do município e o espaço amostral seria o próprio município. Ressalta-se que podem ser estipuladas áreas maiores (como as Regiões Brasileiras, ou os Estados Federativos) ou menores (conjunto de municípios dentro do Estado ou uma parte do espaço municipal) para a sua utilização.

O indicador tem como uma de suas variáveis a população absoluta. Como essa varia muito entre os municípios dentro do Estado, especificou-se uma faixa máxima e uma faixa mínima populacional. Tal procedimento é aceitável estatisticamente e, de certa forma, a OCDE utiliza tal estratégia ao considerar um limite para a definição de áreas urbanas. Como faixa máxima estabeleceu-se o total de 500.000 (quinhentos mil habitantes) e, como faixa mínima, estabeleceu-se 5% da faixa máxima, ou seja, nesta pesquisa, será de 25.000 (vinte e cinco mil habitantes).

A faixa máxima foi selecionada com base no trabalho de Abramovay (2000, p.25), que retrata os critérios estipulados pela OCDE para a definição de áreas urbanas. A OCDE estabelece (além do critério da densidade demográfica) a população absoluta como sendo um critério secundário de classificação da região. Nesse sentido, as regiões

que apresentem cidades com mais de 500.000 mil habitantes seriam classificadas como sendo regiões “essencialmente urbanas”.

Assim, este trabalho também considera que um município que apresente uma população absoluta superior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes como sendo um município essencialmente urbano.

Para o estabelecimento da faixa mínima, por falta de uma especificação contundente na literatura pesquisada, levou-se em consideração a base de análises estatísticas que, a depender da rigorosidade de análise, selecionam um grau de 5% de erro padrão em suas pesquisas. Nesse sentido, consideram-se os municípios que apresentem uma população absoluta inferior a 25.000 habitantes como sendo essencialmente rurais.

3.3 – Algumas características da ruralidade e urbanidade municipais.

Nos municípios essencialmente urbanos, diferentemente dos municípios rurais, segundo os autores pesquisados (QUEIROZ (1973); SOLARI, 1973; SOROKIN e ZIMMERMANN (1929, *apud SOLARI*, 1973); PONTE (2004); entre outros), tende a existir uma grande quantidade de inter-relações sociais. Entretanto tais inter-relações tendem a ser de pouca duração e intensidade. É também um município que oferece à população uma grande disponibilidade e diversidade de bens e serviços. Já segundo Alentejano (2000), a territorialidade distinguiria o rural do urbano. Para este autor, o “urbano apresenta relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa.” (ALENTEJANO,2000, p. 105).

Um outro item que diferenciaria os municípios rurais dos municípios urbanos seria a questão ambiental. Municípios urbanos apresentariam o espaço geográfico mais alterado pela ação humana, ou seja, seria um “espaço mais humanizado”, construído pelo modo de produção da sociedade que dele se utilizou. As atividades econômicas seriam desenvolvidas predominantemente em ambientes modificados pelo homem, sem muita influência direta das condições edafo-climáticas. Em suma, tais atividades econômicas estariam sujeitas a um “artificialismo ambiental”.

Os municípios identificados na faixa intermediária, entre 25.000 e 500.000 (vinte e cinco mil e quinhentos mil) habitantes podem apresentar algumas características

semelhantes que os identificariam. Captar estas características é o objetivo deste trabalho.

3.4 – Especificação do Índice de Ruralidade e Urbanidade.

A princípio, o índice poderia ser estabelecido da seguinte forma:

Equação 01 – Formação do IRUM.

$$IRUM = \frac{(\log A_i - \log B)}{(\log C - \log A_i)}; \quad \text{Sendo que:}$$

IRUM - Índice de Ruralidade e Urbanidade Municipal

A_i - População absoluta do município;

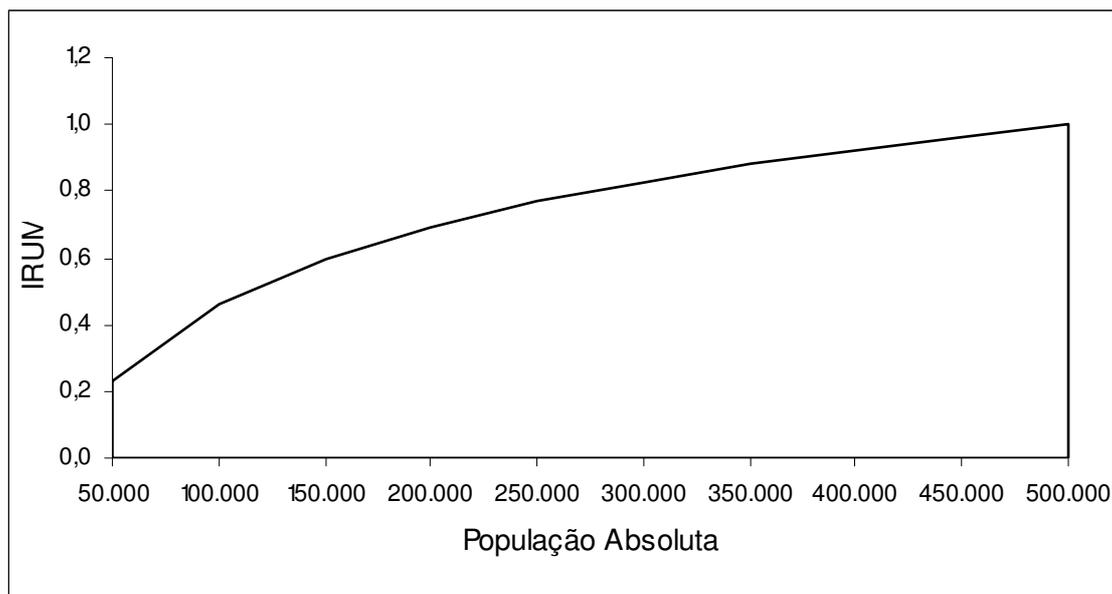
B - Limite mínimo populacional.

C - Limite máximo populacional.

log – Logaritmo na base 10.

Pela Equação 01, o IRUM varia de 0 (zero) a 1 (um), sendo que um município que apresenta valores mais próximos a zero tende a ser um município onde predominaria as relações sociais e econômicas encontradas na zona rural. Ou seja, a curva logarítmica representada pelo Gráfico 01, representa que, quanto maior a população absoluta, maior será o grau de urbanização do município e vice – versa. Bem como, o Gráfico 01 demonstra o Axioma de que em um município que apresente uma pequena população absoluta uma imigração repercutirá mais intensamente nas relações sociais, econômicas e espaciais, quando comparado a um município que apresente uma elevada população absoluta.

GRÁFICO 01 – Índice de Ruralidade e Urbanidade Municipal – modo contínuo



Fonte: Dados da pesquisa.

Entretanto, até este momento, o IRUM parece-nos muito semelhante à idéia de continuum rural – urbano, uma vez que um aumento na população absoluta o classificaria como sendo semelhante a um outro município de igual população e, assim, dificultaria captar as particularidades dos espaços envolvidos e também a detecção das territorialidades de tais espaços.

Portanto, insere-se uma nova variável (δ) que favorece uma maior amplitude de análise ao considerar a exploração da área gráfica, conforme demonstra pela Equação 02. Essa variável possibilita a diferenciação na classificação de municípios que apresentem a mesma população absoluta.

Equação 02 – Equação do IRUM acrescido da variável δ .

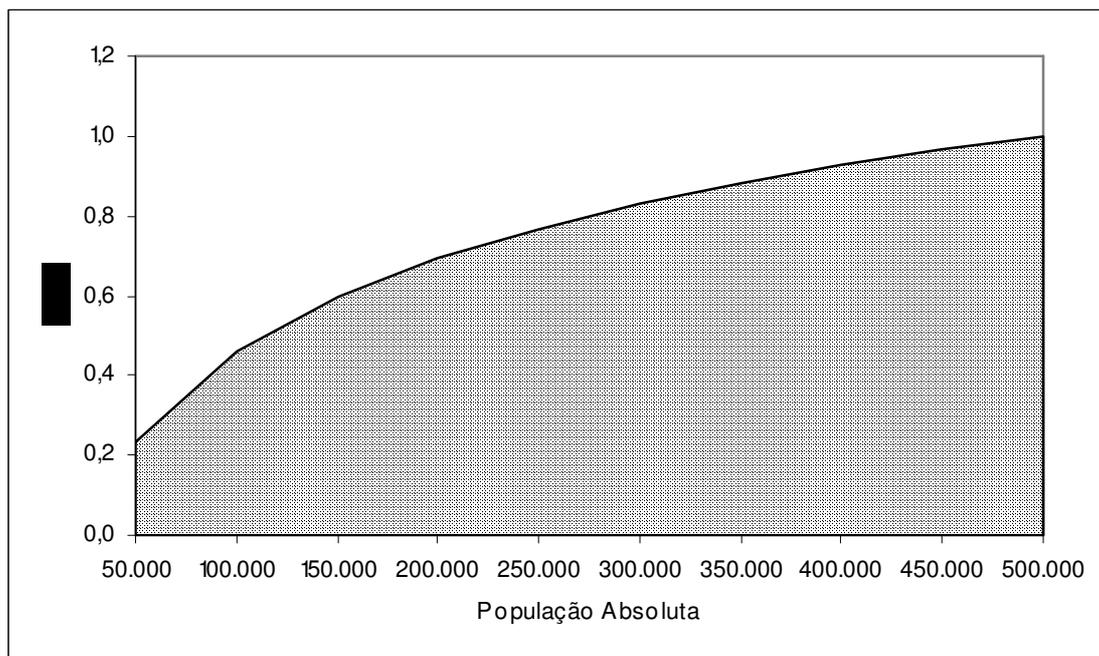
$$IRUM = \left[\frac{(\log A_i - \log B)}{(\log C - \log A_i)} \right] \times \delta$$

δ - Varia de 0 a 1. Representa a relação entre fatores de mesma natureza presentes no município. Tal variável pode ser a relação existente entre a população rural e a urbana; ou mesmo, a relação entre o PIB urbano sobre o PIB total, entre outras.

Pela natureza da variável (δ) é possível captar a dinâmica interna existente na sociedade do município. A área representada pelo Gráfico 02 (área sombreada)

demonstra que uma mudança na relação dos fatores que compõem a variável (δ) reflete diretamente na classificação do município dentro da categoria na qual ele se insere. Em suma, a depender da população municipal e da relação do PIB, o município pode ocupar qualquer lugar dentro do espaço gráfico.

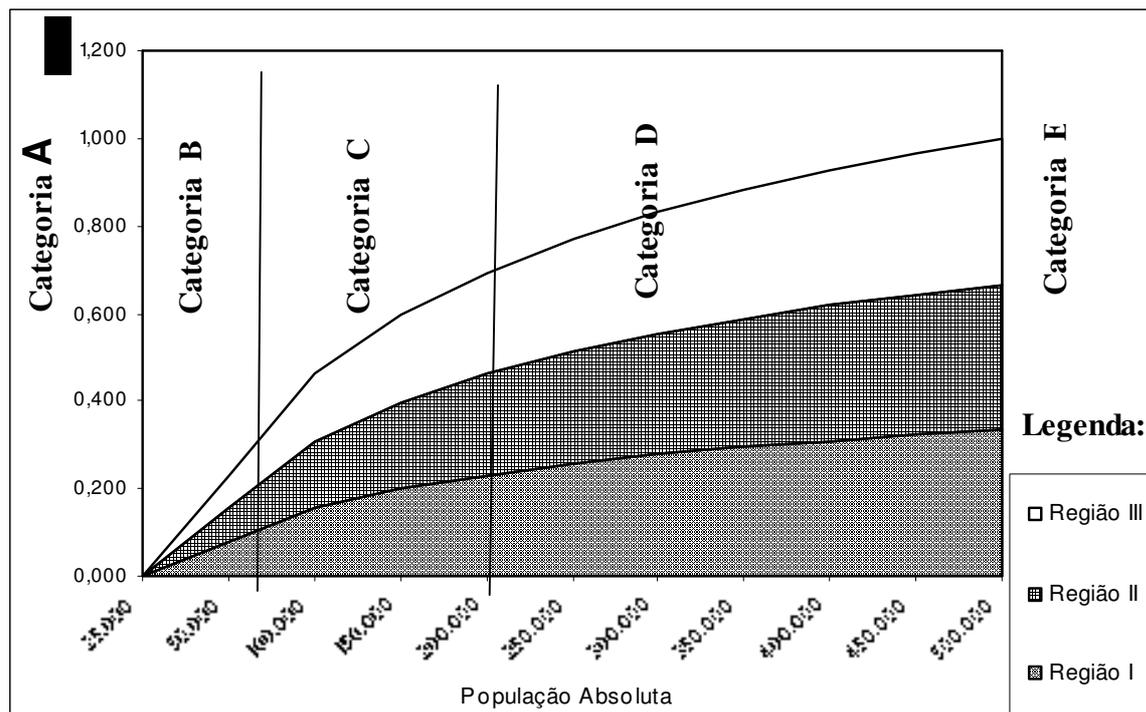
GRÁFICO 02 – Índice de Ruralidade e Urbanidade Municipal – Área de análise.



Fonte: Dados da pesquisa.

Com o objetivo de facilitar a caracterização do município através do IRUM, criaram-se categorias conforme demonstra o Gráfico 03.

GRÁFICO 03 – Índice de Ruralidade e Urbanidade Municipal (IRUM)



Fonte: Dados da pesquisa.

3.4.1 – Especificação das categorias de análise.

Dividiu-se o espaço gráfico em função da população que compõem o IRUM. Cada parte será denominada de Categoria, conforme demonstrado no Gráfico 03. Tal divisão possibilitou a classificação em cinco categorias, estipuladas a seguir:

- 1) **Categoria A** – Municípios como uma população absoluta inferior a 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes.
- 2) **Categoria B** – Municípios como uma população absoluta entre 25.001 (vinte e cinco mil e um) e 71.000 (setenta e um mil) habitantes.
- 3) **Categoria C** – Municípios como uma população absoluta entre 71.001 (setenta e um mil e um) e 203.000 (duzentos e três mil) habitantes.
- 4) **Categoria D** – Municípios como uma população absoluta entre 203.001 (duzentos e três mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

- 5) **Categoria E** – Municípios com uma população absoluta superior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

Dentro das categorias **B, C e D**, podem-se encontrar três divisões denominadas de **Regiões**, conforme demonstrado no Gráfico 03. Essas Regiões retratam a intensidade da relação da variável δ , conforme definido a seguir:

- 1) **Região I** – se a relação entre as variáveis for, em média, inferior a 33%;
- 2) **Região II** – se a relação entre as variáveis for, em média, entre 33% e 66%;
- 3) **Região III** – se a relação entre as variáveis for, em média, acima de 66%.

Neste trabalho, considera-se para a formação da variável δ a relação entre o PIB urbano sobre o PIB total. Isso possibilitou a determinação de três Regiões que estão demonstradas no Gráfico 03. Este PIB será identificado em função das atividades econômicas existentes no município, conforme mostrado a seguir:

- 1) Região I – **Municípios Primários** – predomínio de atividade econômica do setor primário, secundário e terciário. Estes dois últimos setores econômicos estariam ligados ao setor agrícola, como por exemplo, a agroindústria e comércio de produtos destinados à agropecuária e à silvicultura.
- 2) Região II – **Municípios Secundários** – predomínio de atividades dos setores econômicos primário, secundário e terciário. Apresentam certa proporcionalidade na composição do PIB municipal.
- 3) Região III – **Municípios Terciários** - predomínio da atividade econômica não ligada ao setor primário. Abrange, basicamente, o setor secundário e o terciário.

Portanto, para efeitos deste trabalho, o IRUM, a depender da população absoluta e da relação do PIB urbano em função do PIB total, permite a identificação do município em onze maneiras diferentes, a saber:

1 – **Município essencialmente Rural** – Apresenta uma população absoluta inferior a 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes;

2 – **Município Rural do tipo Primário** – Categoria B e Região I – Apresenta uma população absoluta entre 25.001 (vinte e cinco mil e um) habitantes até 71.000 (setenta e um mil) habitantes e o PIB urbano representa até 33% do montante do PIB total;

3 – **Município Rural do tipo Secundário** – Categoria B e Região II – Apresenta uma população absoluta entre 25.001 (vinte e cinco mil e um) habitantes até 71.000 (setenta e um mil) habitantes e o PIB urbano participa entre 33% e 66% do montante do PIB total;

4 – **Município Rural do tipo Terciário** – Categoria B e Região III – Apresenta uma população absoluta entre 25.001 (vinte e cinco mil e um) habitantes até 71.000 (setenta e um mil) habitantes e o PIB urbano participa acima de 66% do montante do PIB total;

5 – **Município Intermediário do tipo Primário** – Categoria C e Região I – Apresenta uma população absoluta entre 71.001 (setenta e um mil e um) habitantes até 203.000 (duzentos e três mil) habitantes e o PIB urbano representa até 33% do montante do PIB total;

6 – **Município Intermediário do tipo Secundário** – Categoria C e Região II – Apresenta uma população absoluta entre 71.001 (setenta e um mil e um) habitantes até 203.000 (duzentos e três mil) habitantes e o PIB urbano participa entre 33% e 66% do montante do PIB total;

7 – **Município Intermediário do tipo Terciário** – Categoria C e Região III – Apresenta uma população absoluta entre 71.001 (setenta e um mil e um) habitantes até 203.000 (duzentos e três mil) habitantes e o PIB urbano participa acima de 66% do montante do PIB total;

8 – **Município Urbano do tipo primário** – Categoria D e Região I – Apresenta uma população absoluta entre 203.001 (setenta e um mil e um) habitantes até 500.000

(duzentos e três mil) habitantes e o PIB urbano representa até 33% do montante do PIB total;

9 – **Município Urbano do tipo Secundário** – Categoria D e Região II – Apresenta uma população absoluta entre 203.001 (setenta e um mil e um) habitantes até 500.000 (duzentos e três mil) habitantes e o PIB urbano participa entre 33% e 66% do montante do PIB total;

10 – **Município Urbano do tipo Terciário** – Categoria D e Região III – Apresenta uma população absoluta entre 203.001 (setenta e um mil e um) habitantes até 500.000 (duzentos e três mil) habitantes e o PIB urbano participa acima de 66% do montante do PIB total;

11 – **Município essencialmente Urbano** – Apresenta uma população absoluta acima de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

Uma crucial diferença do IRUM em relação a outros indicadores é a introdução da variável δ que possibilita a classificação do Município analisado pela sua condição e não apenas por um número (método utilizado pelos indicadores que adotam o modo “continuum” em suas observações). Assim, municípios que apresentem um IRUM 0,200 podem, dependendo das suas populações absolutas, apresentarem um PIB composto predominantemente por atividades rurais, atividades urbanas ou ter uma composição equitativa entre as principais fontes de recursos (rurais e urbanas). Assim, tais municípios, apresentariam grandes diferenças quanto às suas dinâmicas sociais, econômicas e espaciais. Portanto, neste trabalho, não é somente um número que classificaria o município, mas fundamentalmente, a sua identidade populacional e econômica.

4 – CARACTERÍSTICAS GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO DE VIÇOSA – MG

Localizada na Zona da Mata Mineira, conforme demonstrado nas Figuras 01 e 02, a origem da cidade de Viçosa está diretamente relacionada ao período do ciclo do ouro em Minas Gerais. Segundo as informações da Câmara Municipal (2007), Viçosa surgiu em 1800, no período colonial. A princípio, era um pequeno povoado de nome Santa Rita do Turvo, graças ao padre Francisco José da Silva, que recebera autorização para construir uma capela em homenagem a Santa Rita (hoje padroeira da cidade).

Tal aspecto é tratado por Azevedo (1992, p.47) que retrata o surgimento de cidades no período áureo, com destaque para Vila Rica, atual Ouro Preto, que, na época, apresentava condições econômicas e políticas que favoreciam a polarização de uma grande região no seu entorno.

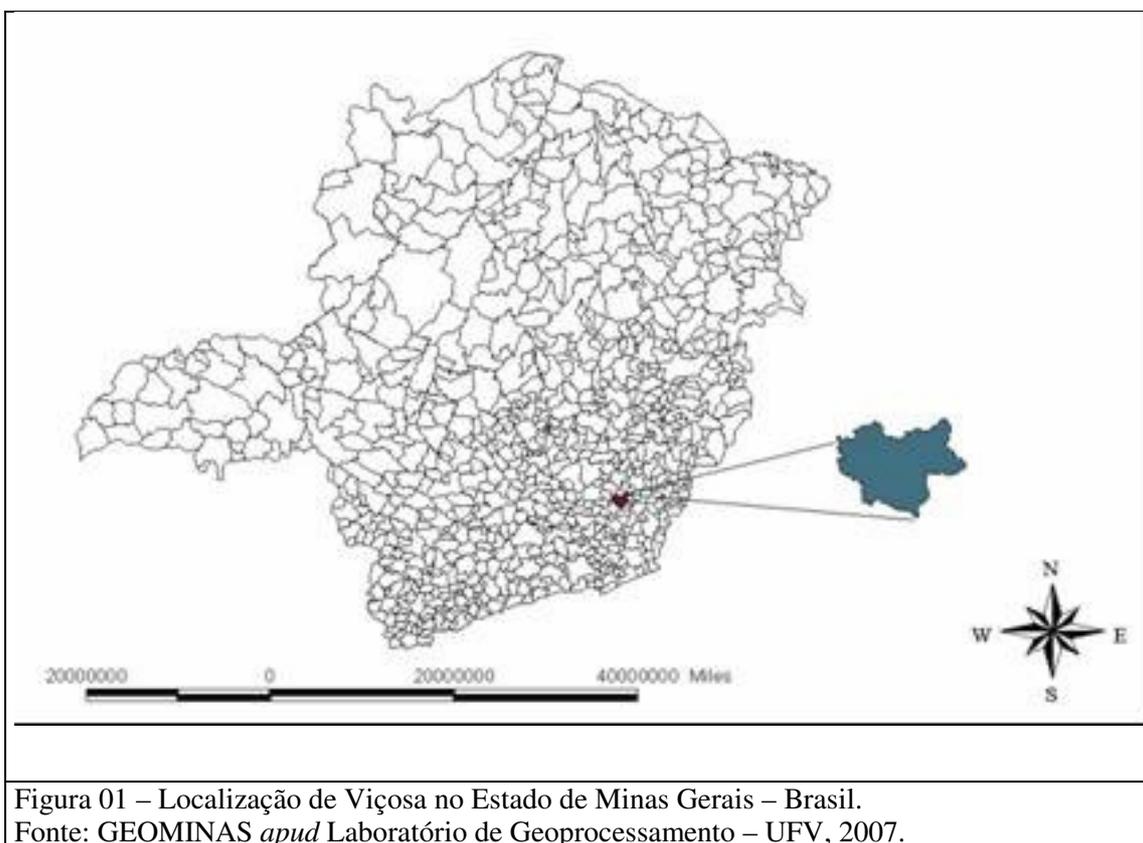




Figura 02 = Localização do Município de Viçosa – MG na Região da Zona da Mata Mineira.
 Fonte: Atlas Geográfico, Geoprocessamento – UFV, 2007.

Viçosa situa-se entre as Serras da Mantiqueira, Serra do Caparaó e Serra da Piedade. Isso confere ao seu relevo o aspecto de Mares de Morros, sendo que aproximadamente 85% é montanhoso, 12% é ondulado e somente 3% do seu relevo é plano (CAMARA MUNICIPAL, 2007).

À princípio, a cidade era passagem dos tropeiros que levavam mantimentos às minas e delas escoavam ouro. No início do século XVIII, a região tornou-se fornecedora de produtos agrícolas às minas (CÂMARA MUNICIPAL 2007)

Durante o período do ciclo do ouro, o então povoado ficou polarizado pela “Vila Rica”. Nesse período, o povoado dificilmente obteria do poder político constituído a permissão para ascensão à condição de Cidade. Somente no período do Império, em 1871, e já vigorando outro ciclo econômico, o do café, o povoado foi elevado à categoria de Vila e, após 76 anos de existência, em 1876, em homenagem ao bispo de Mariana, Dom Antônio Viçoso, a Vila elevou-se à condição de Cidade com o nome Viçosa de Santa Rita e, finalmente, em 1911, no período da República, a cidade recebeu o nome atual de Viçosa (CÂMARA MUNICIPAL, 2007),

Azevedo (1992, p. 54) retrata que, com o fim do ciclo do ouro, Minas Gerais refletia o *marasmo* e a *decadência econômica* em que mergulhava, contribuindo, de certa forma, para o longo tempo de demora para o reconhecimento de Viçosa como uma Cidade.

Em 1926, o então presidente do Brasil, Artur Bernardes, natural da região, favoreceu o surgimento da Universidade Federal de Viçosa, inaugurada em 28 de

agosto. Este fato é de grande relevância para o dinamismo econômico e social da cidade e da sua região circunvizinha.

Em pouco mais de 50 anos, Viçosa passou por um crescimento econômico e social que, até então, não conhecera. Agora, em vez de uma cidade eminentemente agrícola e polarizada pelo seu entorno, passou a ter uma função eminentemente educacional e a polarizar a região circunvizinha. Desse modo, a cidade influencia na dinâmica das cidades do seu entorno, principalmente nos aspectos econômico, cultural, educacional e de saúde.

Viçosa apresenta uma população em torno de oitenta mil habitantes, sendo aproximadamente setenta mil pessoas residentes e doze mil flutuantes representados, principalmente, pelos estudantes universitários. (IBGE, 2004 *apud* CAMARA MUNICIPAL, 2007).

Em relação às grandes metrópoles, Viçosa apresenta uma posição que, de certa forma, facilita o trânsito dos habitantes. Encontra-se a 245 Km a sudeste de Belo Horizonte, a 700 Km a nordeste de São Paulo e a 360 Km a norte-nordeste da Cidade do Rio de Janeiro. Também está próxima a alguns importantes centros regionais, como Ouro Preto, Ubá, Ponte Nova e Juiz de Fora.

Essa localização geográfica confere à cidade uma situação peculiar pois, ao mesmo tempo em que é influenciada pelas grandes metrópoles brasileiras, também influencia os municípios menores do seu entorno. Há um constante fluxo de pessoas que migram em direção a Viçosa. Na cidade, há possibilidade de se adquirir alguns produtos e serviços (principalmente no campo da ciência, tecnologia e educação) incomuns às cidades de mesmo porte populacional.

Viçosa apresenta uma destacada função universitária. Singer (2002, p.141), ao analisar as funções urbanas, diz que existem cidades não metropolitanas, de porte pequeno ou médio, mas que são capazes de exercer diversas funções para as cidades menores do seu entorno, como a de “serviços comerciais, administrativos, de manutenção da ordem, educacionais”, entre outras.

Nesse sentido, a cidade de Viçosa polariza o seu entorno e apresenta um bom crescimento econômico, que é observado pelas construções civis e polarização nos serviços de saúde e educação das cidades circunvizinhas.

5 – CLASSIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA PELO IRUM.

O Índice de Ruralidade e Urbanidade (IRUM) para o município de Viçosa – MG encontra-se na Tabela 01 e no Gráfico 04. O município apresenta um Índice de Ruralidade e Urbanidade de **0,346**. Este índice tem como base dois fatores. Primeiro, a população absoluta estimada em 73.121 (setenta e três mil, cento e vinte e um habitantes), e, segundo, a percentagem de 96,64 % referente à renda proveniente das atividades do setor secundário e terciário ligados, predominantemente, às atividades urbanas em relação ao PIB total municipal. A Tabela 02 mostra que a composição da variável δ refere-se à soma de 28,27% (PIB do setor industrial) mais 68,37% (PIB do setor de serviços).

Pelo IRUM, Viçosa ficou classificada como **Município da Categoria Intermediária do Tipo Terciário**. Intermediária porque a região densamente ocupada do município demonstra alguns aspectos que remetem tanto à questão da urbanidade quanto à questão da ruralidade e, do Tipo Terciário, porque as atividades desenvolvidas no município são provenientes do setor secundário e, principalmente, do setor terciário ligados à urbanidade. A justificativa dessa classificação será a próxima etapa deste trabalho.

Tabela 01 – IRUM do Município de Viçosa – MG.

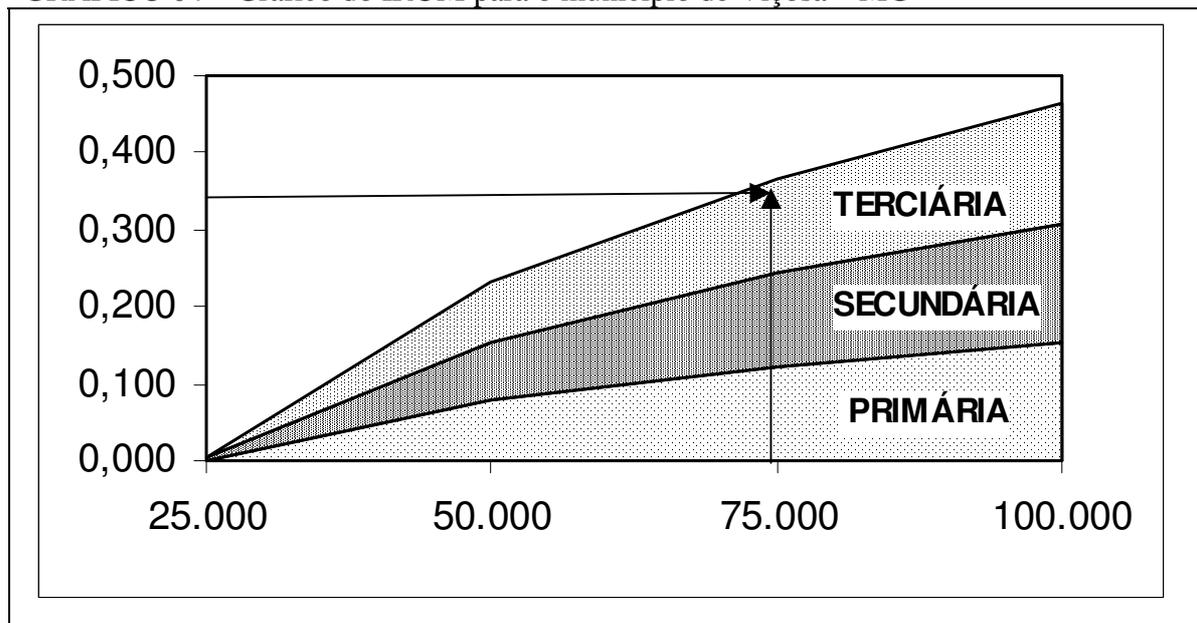
| | |
|-------------------------|---------------|
| Habitantes (*) | 73.121 |
| Renda Urbana (**) | 96,64% |
| Região Primária | 0,000 a 0,119 |
| Região Secundária | 0,120 a 0,239 |
| Região Terciária | 0,240 a 0,358 |
| Posição de Viçosa – MG. | 0,346 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

(*) – Dado estimado pela Câmara Municipal de Viçosa – MG.

(**) – Somatório do PIB Industrial (28,27%) com o PIB Serviços (68,37%). Ver Tabela 02. Org. Leandro Dias Cardoso Carvalho, 2007.

GRÁFICO 04 – Gráfico do IRUM para o município de Viçosa – MG



Fonte: Dados da pesquisa.

5.1 – Viçosa como município polarizador da região do seu entorno.

O PIB total do município de Viçosa em 2000, conforme mostra a Tabela 02, foi de 234.272.000 (duzentos e trinta e quatro milhões duzentos e setenta e dois mil reais). Desse montante, os setores, em ordem crescente de contribuição foram: o setor agropecuário, com 7.876.000 (sete milhões oitocentos e setenta e seis mil reais), representando 3,36% do PIB total; o setor secundário (indústrias) contribuiu com 66.219.000 (sessenta e seis milhões duzentos e dezenove mil reais), respondendo por 28,27% do PIB municipal; o setor terciário, representado pelas atividades de prestação de serviços e comércio, foi o setor que mais contribuiu na composição do PIB, este setor participou com 160.177.000 (cento e sessenta milhões cento e dezessete mil reais), o que representa 68,37% do PIB total.

Tabela 02 – PIB - Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00)

| Setor | Total | % |
|--------------|---------|-------|
| Agropecuário | 7.876 | 3,36 |
| Industrial | 66.219 | 28,27 |
| Serviços | 160.177 | 68,37 |
| Total | 234.272 | 100 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano FJP/PEA/PNUD – Ano 2000 *apud* Câmara Municipal de Viçosa – MG, 2007. Org. Leandro Dias Cardoso Carvalho, 2007.

Os valores econômicos do setor terciário da economia podem justificar-se devido à atual importância que a cidade apresenta para a sua região circunvizinha, principalmente no ramo da educação e comércio varejista. Essa dinâmica existente entre Viçosa e as cidades do seu entorno favorece a formação de o um aglomerado urbano não integrado fisicamente.

Segundo Souza (2003, p.32 – 33), tais aglomerados “se compõem de duas ou mais cidades médias e pequenas”. O autor destaca que a proximidade das cidades favorece o relacionamento entre elas e que há um grande fluxo representado, principalmente, pelo deslocamento de pessoas. Portanto, uma cidade, além de apresentar um dinamismo interno, tem um dinamismo externo, o que a faz ficar integrada a outras cidades e tal relacionamento promoverá transformações sócio-econômicas e territoriais importantes.

Tais transformações já se fazem sentir na cidade de Viçosa. A Tabela 03 mostra a população total em 2000, 2005 e 2006. Entre os anos de 2000 e 2006, a cidade apresentou um crescimento populacional na ordem de 15,03%, passando a sua população total de 64.854 para 74.607 mil habitantes. Esse crescimento ajuda a explicar o motivo pelo qual há uma grande valorização dos imóveis e lotes urbanos. Isso leva os agentes imobiliários a utilizarem ao máximo a escassa região central através da verticalização dos imóveis.

Tabela 03 – População absoluta de Viçosa – MG em 2000, 2005 e 2006.

| | | |
|------------------|---------------|--------|
| População Total | Ano: 2000 | 64.854 |
| População Total | Ano: 2006 (*) | 74.607 |
| População Total | Ano: 2005 | 73.121 |
| População Urbana | Ano: 2005 | 67.944 |
| População Rural | Ano: 2005 | 5.177 |

Fonte: Câmara Municipal de Viçosa, 2007. (*) Dados fornecidos pelo IBGE, escritório da cidade de Viçosa – MG – 2007. Org. Leandro Dias Cardoso Carvalho, 2007.

5.2 – Valorização territorial: formas e reflexos no espaço geográfico

A Figura 03 retrata parte da região central de Viçosa que se encontra próxima à Universidade Federal de Viçosa – MG. A principal especulação imobiliária é promovida pela Universidade, já que, na medida em que se afastam da UFV, os imóveis, mesmos em espaços vegetados, não apresentam o mesmo valor comercial.



Figura 03 - Foto – Verticalização da Cidade de Viçosa – Região Central
Autor: Leandro Dias Cardoso Carvalho, 2007.

Os “espaços verdes”, alguns pertencentes à UFV, que fazem divisas com as áreas construídas na região central da cidade, servem ao propósito dos agentes imobiliários. Essas áreas seriam “espaços de consumo” e influenciam o preço dos imóveis locais.

Esse fato é retratado por Wanderley (2000). A autora analisa a importância dos espaços “intactos” e bem conservados para a valorização dos imóveis. Isso pode ser observado na cidade de Viçosa, pois o imóvel que estiver em tais “espaços

selecionados” pelo capital terá um maior preço comercial. Em suma, seriam espaços que nos remetem a uma ruralidade, mas que na realidade estão presentes no meio urbano.

Devido à valorização econômica da região central da cidade ocorreu uma “migração” das classes sociais com menores rendimentos econômicos para as áreas periféricas. Os centros das cidades geralmente são áreas mais valorizadas e de moradia da classe social mais abastada. Entretanto, em municípios mais pobres observa-se que é comum encontrarmos famílias mais pobres morando no centro da cidade.

Para Harvey (2004), cabe a indução de que a formação da rede urbana é influenciada diretamente pelo Estado organizador do espaço urbano. Portanto, o próprio território irá também refletir as desigualdades existentes provenientes da ação do Estado. O autor analisa o processo de formação urbana em função da distinção entre as utopias e a real materialização urbana que será diretamente influenciada por agentes econômicos e pelo próprio Estado. Nesse caso, ocorreria a formação de áreas valorizadas onde haveria a “expulsão da pobreza”.

Assim, um dos principais fatores responsáveis pela dicotomia “riqueza / pobreza” existente nas cidades são as instituições públicas e agentes econômicos. Tais instituições favorecem a concentração de renda e privilegiam investimentos nas áreas mais nobres ao capital criando, assim, “ilhas de opulência” (HARVEY, 2004, p.202) que “contrastam com uma grande vastidão de pobreza”.

Os espaços de consumo também estão presentes na zona rural de Viçosa. Regiões tradicionalmente produtoras de café e de culturas de subsistência agora são áreas de lazer. As regiões próximas à cidade apresentaram uma boa valorização imobiliária nos últimos anos o que levou tais sítios a se tornarem sítios de finais de semana.

Tal fato pode ser constatado pelo IBGE, escritório local de Viçosa que, no Censo 2007, está encontrando vários sítios vazios, mas não abandonados. Este fato pode ser observado, dentre outros lugares, ao longo da BR 120, rodovia que interliga a cidade de Viçosa a várias outras cidades, dentre elas Belo Horizonte.

5.3 – A qualidade de vida em Viçosa – MG.

O Índice de Desenvolvimento Humano é um fator que auxilia na explicação do porque a cidade de Viçosa é classificada como do Tipo Terciária. O IDH de Viçosa e de algumas cidades do seu entorno encontram-se na Tabela 04.

| Tabela 04 – IDH – M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) | | | | | |
|--|-------------|---------------|---------------|-----------|---------|
| | | Viçosa | Ponte Nova | Teixeiras | Ervália |
| IDH | Municipal | 0,809 | 0,766 | 0,712 | 0,700 |
| | Renda | 0,741 | 0,690 | 0,632 | 0,629 |
| | Educação | 0,929 | 0,862 | 0,819 | 0,748 |
| | Longevidade | 0,756 | 0,747 | 0,685 | 0,724 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano FJP/PEA/PNUD - Ano 2000, *apud* Câmara Municipal de Viçosa – MG, 2007. Org. Leandro Dias Cardoso Carvalho, 2007.

Embora não estejam presentes todos os municípios do entorno da cidade de Viçosa, destaca-se que, neles, os indicadores observados são menores que os verificados em Viçosa. Para exemplificar os dados, selecionaram-se três outros municípios, sendo que Ponte Nova é considerada pelo poder Estadual como um pólo regional, assim como Viçosa. Os Municípios de Teixeira e Ervália encontram-se na área de influência direta de Viçosa.

O IDH municipal, que é a média aritmética simples do IDH renda, longevidade e educação, de Viçosa, Ponte Nova, Teixeira e Ervália são, respectivamente, 0,809; 0,766; 0,712 e; 0,700. Isso significa que Viçosa apresenta, em média, melhores condições de vida.

Observa-se, pela Tabela 05, os serviços básicos disponíveis à população. A água encanada na região urbana é de 97,2%; o fornecimento de Energia Elétrica para o município é de 98,5% e a coleta de lixo na cidade é de 96%. Tais indicadores para uma cidade do porte de Viçosa podem ser considerados muito bons e isso reflete diretamente na qualidade de vida da população.

Tabela 05 – Acesso a serviços básicos

| | |
|-----------------------------|--------|
| Água Encanada | 97,2 % |
| Energia Elétrica | 98,5 % |
| Coleta de Lixo- Zona Urbana | 96,0 % |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano FJP/PEA/PNUD - Ano 2000, *apud* Câmara Municipal de Viçosa – MG, 2007. Org. Leandro Dias Cardoso Carvalho, 2007.

Dentre os indicadores apresentados na Tabela 04 destaca-se o IDH educação no qual Viçosa apresenta o valor de 0,929, considerado um elevado índice. Isso explica porque muitos estudantes, alguns com toda a família, do ensino médio e dos cursos preparatórios para os vestibulares e universitários procuram a cidade para fixarem residência. Devido às distintas características educacionais, econômicas, entre outras, existentes no município (assim como em todas as regiões onde existe um índice para classificá-las), o índice não retrata toda esta diversidade. Entretanto, o mesmo índice torna-se uma importante ferramenta de políticas públicas e política ideológica municipal, claramente observada nos veículos oficiais com os dizeres “Viçosa cidade educadora”.

Esse índice educacional está ligado diretamente à existência da UFV, que estimula aos colégios a obterem um bom ensino visando, principalmente, o ingresso de seus alunos nesta instituição de ensino. Por outro lado, a Universidade também contribui com a formação de professores nas diversas áreas de ensino. Ressalta-se que a obtenção de uma vaga para lecionar nos colégios particulares é bem disputada, o que leva a uma seleção do corpo docente desses colégios e cursos.

Um outro aspecto relacionado ao IDH, mais especificamente ao índice educacional, é que a cidade torna-se conhecida nacionalmente e, mesmo internacionalmente, como sendo uma cidade Universitária. Atualmente, colaborando com tal imagem, existem na cidade outras instituições que oferecem ensino superior como a UNIVIÇOSA (União de Ensino Superior de Viçosa), a ESUV (Escola de Estudos Superiores), a FDV (Faculdade de Viçosa) e EVATA (Empresa Viçosense de Assessoria Técnico Acadêmica). Essa imagem de cidade universitária contribui diretamente para o crescimento populacional do município e o aumento no setor terciário, principalmente nas atividades ligadas à prestação de serviços.

5.4 – O desenvolvimento das formas existentes no Município: Território da diversidade e embate entre poderes

Com o aumento populacional, evidenciam-se novas dinâmicas sociais. O ingresso de novos habitantes faz com que a cidade seja o “ponto de acolhida das diversidades” e faz com que ela tenha um aspecto de intensa urbanidade, de grande impessoalidade como afirma Queiroz (1973). Viçosa acolhe muitas pessoas (como os estudantes) de várias partes no país e, mesmo de outros países. Nesse sentido, é comum, conforme a visão de Sorokin e Zimmermann (1929), *apud* Solari (1973, p.8), encontrar-se uma grande “heterogeneidade dos integrantes da sociedade urbana”. Isso repercutirá nos tipos e intensidades dos relacionamentos tanto voluntários como involuntários.

Um aspecto a ser observado devido à expansão da cidade são as formas verificadas no território municipal. Segundo Milton Santos, através da “formação sócio - espacial”, as formas existentes no território registram as marcas das sociedades que desse espaço fez uso. Nesse sentido, as velhas formas desempenhando novas funções seriam as “rugosidades”.

Na cidade de Viçosa encontramos algumas rugosidades como a antiga estação de trem, hoje transformada em espaço cultural, ou mesmo os prédios antigos da UFV, que atualmente abrigam alojamentos estudantis ou centros de administração da instituição, ou escritórios de entidades legalizadas que estão nas casas da Vila Gianetti. São formas que remetem o nosso pensamento às “cidades do interior” e que persistem devido ao valor simbólico que apresentam (por retratarem as sociedades passadas em escala espacial), ou porque o capital se apropriou delas para tirar proveito. Ou seja, ou apresentam algum proveito econômico, ou o Estado tem interesse em preservar o bem público.

Caso as formas antigas não sirvam ao interesse dos agentes imobiliários, elas são demolidas. Recentemente, na cidade de Viçosa, observamos antigos casarões que foram demolidos para abrigarem novos prédios, como por exemplo, os casarões da Rua Virgílio Val, região central próxima à Prefeitura Municipal.

Entretanto, na cidade, encontramos algo que parecem rugosidades, mas que, na realidade, podem ser denominadas, por falta de um simbolismo melhor, de formas híbridas. Tais formas são originadas do embate entre os agentes modeladores do território, mais especificamente, entre os agentes imobiliários e o poder municipal. Os primeiros buscam no lucro a sua principal causa de expansão das residências. Já o

Estado, que goza de seus plenos poderes legalmente instituídos, age por meios de políticas públicas, resguardando os antigos patrimônios. Este ente público justifica seus atos pelo valor subjetivo que tais imóveis apresentam, já que fazem parte de um patrimônio cultural carregado de simbolismo e identidade para o município. São marcas de uma sociedade passada através dos fixos (construções) presentes.

Neste sentido, Castro (2006, p. 107) menciona a estrutura do poder político-territorial do Estado que representaria um “refúgio de valores simbólicos e de interesses que resistem à ação imposta pela globalização”. No nosso caso, tal poder também se oporia ao avanço indiscriminado do capital sobre os símbolos impregnados de valores culturais para a sociedade.

Para Souza (2005, p. 86), “a territorialidade remete às relações de poder, a um campo de forças, espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial (território)”. O autor identifica a formação da identidade entre a população e o espaço geográfico. Essa identidade cria um laço de afetividade ao espaço geográfico. Neste caso, o sentimento que a sociedade nutre pelo lugar favorece que a mesma pressione o poder público para manter os símbolos aí presentes.

O poder do Estado sobre o território é analisado por Castro (2006) que investiga as formas de poder. Para a autora, o poder é, na sua essência, relacional e não deve ser confundido como uma simples influência de um ente sobre o outro já que o poder incorpora a capacidade de estabelecer sanções (CASTRO, 2006, p.97). Assim, o poder tem como base uma condição assimétrica entre grupos que apresentam distintos interesses. O poder se refere ao controle das decisões e também se fundamenta no “bem comum” e, pressupõe-se que quem o detém possua as condições de dispor de meios para atingir o efeito desejado através da prerrogativa de aplicar algum tipo de sanção. Nesse caso, o poder que a prefeitura detém de embargar a obra caso o patrimônio cultural seja ameaçado e aplicar sanções caso o patrimônio seja descaracterizado.

Portanto, articular agentes que apresentam distintas intenções para um mesmo território gera o que se pode observar no espaço urbano de Viçosa que são construções que resguardam as fachadas antigas e abrigam prédios modernos, ou seja, são formas híbridas, conforme se observa na Figura 04.



Figura 04 - Foto – Formas híbridas na região Central de Viçosa – MG. Destaque para a fachada principal
Autor: Leandro Dias Cardoso Carvalho, 2007.

Outras conseqüências do crescimento urbano de Viçosa promovido pelo aumento populacional podem ser observadas no espaço geográfico através dos vários problemas de ordem ambiental e de uso e ocupação do seu solo. Como um importante aspecto, verifica-se a ocupação das margens do Ribeirão São Bartolomeu e o desmatamento na região periurbana, local de avanço horizontal da malha urbana, conforme mostrado na Figura 05.



Figura 05 - Foto – Região Periurbana de Viçosa, em destaque o Bairro São José.
Autor: Leandro Dias Cardoso Carvalho, 2007.

5.5 – A ruralidade e urbanidade presentes no município de Viçosa – MG.

Um outro elemento que justificaria a classificação do Município de Viçosa como sendo do **Tipo Intermediário** seria a existência de características de ruralidade e de urbanidade compartilhando o mesmo território.

As Figuras 06 e 07 mostram a região periurbana (região legalmente pertencente à área urbana). Observa-se que a área foi delimitada pelo poder público municipal para a construção do Distrito Industrial do município, com o claro intuito de ser um importante pólo econômico. Esse Distrito faz divisa com áreas que apresentam atividades primárias, mais especificamente, atividades agrícolas e de silvicultura.

Oliveira e Marques (2004) descrevem a complexidade e a dinâmica existente nas relações entre o meio rural e o meio urbano. Para os autores, “a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo” (idem, p.64). Ou seja, Oliveira e Marques comentam que muitos dos processos que movimentam o meio rural têm sua origem na cidade e que atividades que antes eram características do meio urbano, acontecem no campo. Portanto, para os autores existem atividades distintas (rural / urbano) compartilhando o mesmo espaço geográfico.

A cidade comporta várias lógicas de ocupação e diversidade de espaços presentes, com maior veemência, nas regiões periurbanas. Souza (2003, p.27) analisa que, nas cidades, há uma faixa de transição em relação ao uso da terra, apresentando uma dinâmica rural e outra urbana, compartilhando o mesmo espaço geográfico.

A região periurbana, onde há uma maior interligação rural / urbano compartilhando o mesmo território, apresenta um ritmo bem diferenciado, determinando vários ritmos presentes no território devido aos distintos “tempos de produção”. Faissol *et al.*(1983, p.152) analisa a dimensão do tempo (em função do processo de desenvolvimento econômico) influenciando as diferenciações urbanas. Para o autor, esses “tempos autônomos” são caracterizados pelos distintos ritmos observados pelas diferentes atividades (rurais e urbanas) aí presentes. Entretanto, esses “tempos” encontram-se integrados pela ocupação do espaço geográfico contínuo e pelas pessoas que convivem com essa situação.

Pelo lado econômico, tal realidade é evidenciada por Gottdiener (1993, p.82) que, ao fazer referências a Gordon, analisa a região onde há a presença do rural e urbano compartilhando o mesmo espaço. Para o autor, nessa região pode haver a presença de

um capital rural, um capital comercial e um capital industrial, cada qual demarcando seu espaço geográfico com as modificações físicas que nele promovem, bem como, pela dinâmica econômica que influenciam os atores sociais e alteram a paisagem ambiental.



Figura 06 - Foto – Plantio de Eucalipto no Bairro Cidade Nova / Distrito Industrial da Barrinha

Autor: Leandro Dias Cardoso Carvalho, 2007.



Figura 07 - Foto – Distrito Industrial da Barrinha em Viçosa – MG.

Autor: Leandro Dias Cardoso Carvalho, 2007.

Destaca-se que a região urbana de Viçosa apresenta várias áreas de produção agrícola, como na Avenida Joaquim Lopes de Farias, no Bairro Santo Antônio, ao longo

da BR 120, nas intermediações com a UFV / Trevo para Ubá, ou mesmo no Bairro Cantinho do Céu. A Figura 08 mostra essa diversificação de atividades rurais no meio urbano.



Plantio de café.



Pastagem entre a Mata e o Bairro cantinho do Céu.

Figura 08 - Foto – Plantação de café ao longo da BR 120, próximo ao trevo para Ubá e Pastagem no Bairro Cantinho do Céu, em Viçosa – MG.

Autor: Leandro Dias Cardoso Carvalho, 2007.

Um outro aspecto bem intrigante de sinal de ruralidade evidenciado dentro da cidade de Viçosa é a feira semanal presente na Avenida Santa Rita, importante via de acesso que interliga vários bairros ao centro da cidade. Bem como, as freqüentes carroças de aluguel próximas ao Banco Bradesco, uma das áreas mais nobres da cidade, conforme mostra a Figura 9.



Figura 9 - Foto – Ponto de carroças na região Central de Viçosa – MG.

Autor: Leandro Dias Cardoso Carvalho, 2007.

A Feira semanal em si, é de certa forma banal nas cidades brasileira, mesmos nas grandes metrópoles. O que não é comum é que ela ocorra em pontos estratégicos como as importantes vias de circulação. Em Viçosa, a feira ocorre aos sábados na parte da manhã na Avenida Santa Rita, uma das principais vias de circulação da cidade. Sua localização dificulta o fluxo entre o centro da cidade e alguns bairros, bem como, os moradores dos condomínios dessa avenida ficam impossibilitados de saírem com seus veículos e as casas comerciais aí instaladas que ficam abertas somente na parte da manhã, principalmente, as de materiais de construções, não têm como fazer a entrega dos seus produtos. Os vereadores já discutem a possibilidade de transferência dessa feira para um outro local.

Por fim, um forte sinal de urbanidade existente no município de Viçosa, além da verticalização dos imóveis no centro, é a crescente especulação imobiliária. Um dos jornais de circulação municipal, o jornal Tribuna Livre, na sua edição nº 838 do dia 13 de Julho de 2007, expressou em sua primeira página a diferença existente entre os valores dos imóveis no centro da cidade de Viçosa e na região da Savassi, importante centro comercial da capital mineira. Segundo a reportagem, o preço do metro quadrado na região central de Viçosa, chega a R\$ 5.000 (cinco mil reais) e, em região comercial nobre em Belo Horizonte o preço, quando inflacionado, chega a R\$ 1.800 (um mil e oitocentos reais) o metro quadrado.

De modo direto e, de certa forma, dialética a UFV torna-se responsável pelo fenômeno da especulação imobiliária e dinamização da cidade. Santos (1993) analisa a urbanização brasileira e constata que a sua dinâmica tem como responsável direta o sistema técnico – científico que teria como pilares a Tecnosfera (materialização do sistema técnico - científico no território que favorece a fluidez e a inter-relação deste território com outros) e a Psicosfera (atua mais no campo da ideologia ao influenciar o local para adaptar-se à dinâmica e complexidade do padrão geral). A UFV é, de certa forma, a responsável direta pelo aumento da fluidez de informações e aparato técnico existente no território viçosense e em outros territórios através das suas pesquisas no setor agrícola. Tal fenômeno urbanista ocorre em uma base capitalista, que pela sua dinâmica, gera espaços atrativos e espaços “opacos”; numa visão dialética que a riqueza produz a pobreza em um padrão “desigual e combinado”, tal como observado no processo de urbanização verificado dentro do município de Viçosa – MG e em outros municípios brasileiros.

A UFV, ao longo da sua história, ao incentivar várias pesquisas no setor agrícola (produção, produtividade, produtos, mecanização, etc.) auxilia no processo de urbanização do município de Viçosa e também em outros municípios onde tal sistema técnico será implantado. Tal fenômeno é analisado por Santos (1993, p.45) que retrata o avanço do sistema técnico que “altera a definição do espaço e modifica as condições do seu uso.” e diz que a implantação do sistema-técnico seria o ponto de inflexão para o território, ou seja, a sua materialização no território favorece a ruptura do isolacionismo produtivo local (que era heterogêneo) para se tornar geral, global e que, agora, é determinado por poucos produtos e poucos produtores. Este sistema produtivo obedece a uma lógica externa, funcional, e não mais à lógica local onde estaria inserida a produção.

Essa dinâmica, para Santos (1993, p.49), teria como importante elemento o aumento do “trabalho intelectual” (predomínio de um trabalho letrado), exigência dos sistemas técnicos – científicos. Isso favorece a terciarização que, para Santos (1993), “nas condições brasileiras, que dizer também urbanização.”

Em suma, a existência no município de Viçosa de espaços com atividades predominantemente rurais, inclusive na região central, e de atividades (e dinâmicas) típicas de centros altamente urbanizados mostra, de certa forma, que, na cidade, ainda persistem claros sinais de ruralidade e urbanidade muitas vezes disputando, ou compartilhando, o mesmo território, justificando pela metodologia desenvolvida neste trabalho a classificação de Viçosa como um Município Intermediário do tipo Terciário.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este trabalho não tem a pretensão de definir o que vem a ser espaço urbano e espaço rural. Para uma definição clara e concreta de campo e cidade ainda se carece de um maior aprofundamento teórico. A própria dinâmica existente em tais espaços favorece a interligação entre eles e dificulta o estabelecimento de uma definição conclusiva. Alguns autores como Oliveira (2006), Abramovay (1998 e 2000) e Wanderley (2000) direcionam esforços em suas pesquisas no intuito de compreender e não definir o que vem a ser rural ou urbano. Para Marques (2002), não se pode compreender o espaço rural sem o conhecimento do espaço urbano.

Para outros autores como Lefebvre (1999), o espaço agrário seria uma etapa para se chegar ao espaço urbano. Esta visão de Lefebvre possibilita a visão dialética por parte de muitos autores, na qual o espaço urbano seria o contrário do espaço rural, ou seja, o primeiro seria o desenvolvimento, o progresso e o segundo espaço, o rural, seria um local atrasado, pouco desenvolvido que deve ser modificado para se ter progresso.

Na linha de raciocínio proposta por Lefebvre (1999), surge a idéia de que o meio rural seria uma etapa para se chegar ao meio urbano. A visão de “continuum” espacial entre campo e cidade tem como fundamento a idéia de evolução, ou seja, na medida em que o campo fosse se modernizando, incorporando bens característicos do meio urbano este deixa de ser rural.

Entretanto, esse pensamento de um espaço “continuum” entre o campo e a cidade é combatido por vários outros autores, como Oliveira (2006) e Abramovay (1998). O meio rural poderia ter seu desenvolvimento sem que para isso precisasse abandonar as suas características intrínsecas. O rural não é sinônimo de atrasado e pode abranger várias atividades presentes no meio urbano.

Queiroz (1973) debruça-se em compreender as características que seriam pertinentes ao meio rural e às características do meio urbano. O autor não tem o objetivo de definir, mas sim, compreender as características sociais e econômicas que diferenciariam tais espaços.

Sorokim e Zimmermann (1928), apud Solari (1973), estabelecem alguns critérios para a compreensão do meio rural / urbano que, até hoje, subsidiam as pesquisas de vários autores. Os principais critérios para a identificação das sociedades são: ocupação dos indivíduos; o local onde é realizado o trabalho; o tamanho das comunidades; a homogeneidade e heterogeneidade dos integrantes da sociedade urbana

e da sociedade rural; e a herança do trabalho entre pais e filhos. Entretanto, há outras formas de se compreender o rural / urbano. Um exemplo seria o fator econômico, mais especificamente o processo de industrialização que pode promover a urbanização do espaço geográfico ou a dinamização do espaço rural, através do agronegócio.

Para Queiroz (1973) não faz sentido pesquisar o meio rural sem a compreensão do meio urbano. Colaborando com a esta visão, Pontes (2004) retrata que o território brasileira é complexo e, como tal, apresenta atividades rurais no meio urbano e vice-versa.

Essa diversidade encontrada no espaço geográfico é resultado da ação direta do Estado e do interesse dos detentores do capital produtivo. Portanto, a compreensão do rural / urbano passa pelo conhecimento das “dimensões econômica, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra”, tal como afirma Alentejano (2000, p.104).

Para auxiliar na compreensão dos espaços urbanos / rurais, que caracterizam os municípios brasileiros, elaborou-se um índice que foi denominado de Índice de Ruralidade e Urbanidade Municipal (IRUM). O IRUM tem a pretensão de captar a dinâmica social e econômica presente no município. Para tal, utiliza como variáveis a população absoluta e o PIB das atividades econômicas.

Ressalta-se que um índice é passível de falhas, pois não abrange todas as variáveis presentes no território e, mesmo se isso fosse possível, ainda assim não estaria isento de erros, pois a sociedade é dinâmica e reflete em seu território as suas marcas através das suas “formas” impregnadas de simbolismo. Assim, todos os índices apresentam potencialidades e limitações.

Portanto, para que um índice possa ser eficiente, este deve estar bem amparado por outras variáveis e pelo estudo das condições socioeconômicas e políticas presentes no município. Um índice pode ser um valoroso instrumento para a elaboração de análises geográficas e para a elaboração de políticas públicas.

Este trabalho utilizou o município de Viçosa - MG para analisar a precisão do IRUM. Pelos dados obtido,s o índice foi eficiente para classificar Viçosa como um **Município da Categoria Intermediária e do Tipo Terciário**. Analisar vários outros municípios deve ser um objetivo de futuros trabalhos, comprovando ou não a eficiência de tal índice, ou mesmo, as suas potencialidades e limitações.

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo:Hucitec / UNICAMP, 1998. 275 p.

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão Nº 702**. Rio de Janeiro:IPEA., jan. 2000. 37p. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/Funcoes_e_medidas.pdf>.. Acesso em 20 maio 2007.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro?. **Revista Terra Livre** São Paulo: AGB.. nº 15, p.87 – 112, [s/ m] 2000.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades no Brasil Colonial (1956). **Revista Terra Livre / AGB**. São Paulo: AGB, nº 10, p. 23 – 78, jan / jun. 1992.

BRITO, Maristela de Azevedo e MESQUITA, Olindina Vianna. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970 – 75. **Revista Brasileira de Geografia** Rio de Janeiro:IBGE, V.44, nº 1, p.3 - 50, jan / mar 1982.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA. **Características da cidade**. Disponível em <<http://www.camaravicoso.mg.gov.br/?area=cidade>>. Acesso em 01 jun. 2007.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escala de ações e instituições**: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 304 p.

CHAYANOV. A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G e STOLCKE. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 383 p.

FAISSOL, S et al, A Cidade e seu Campo de ação, suas relações e seu papel no processo de desenvolvimento. In: FAISSOL, S. (Org.) et al. **Tendências Atuais na Geografia Urbano / Regional Teorização e Quantificação**. Brasília – DF: Secretaria de Planejamento da Presidência da República / IBGE, 2003. p. 147 – 207.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo – SP: USP, 1993. 310 p

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo - SP: Loyola, 2004. 382 p.

KAUTSKY, KARL. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 383 p.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Trad, Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178 p.

MARQUES, Marta Inez Medeiros, O conceito de espaço rural em questão **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB. V. 18, nº 19, p.95 – 112, jul/dez. 2002.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez

Medeiros. **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra, 2006.p 29 – 70.

PONTE, Karina Furini. (Re) Pensando o Conceito do Rural. **Revista Nera**. São Paulo: UNESP. – v. 7, nº 4, p. 20 – 28, jan./jul., 2004

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tomás e QUEDA, Oriowaldo. (Orgs.). **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1973. p 199 - 219.

REIS, Luis Carlos Tosta dos. Por uma concepção dialética do espaço: O conceito de Formação Espacial em Milton Santos. **Revista Geografares**., Vitória: UFES, v. 1, nº. 1, p. 61 - 72, jun. 2000.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e método. In: **Boletim Paulista de Geografia**. nº 54, p.81 – 97, jun , 1977.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.154 p.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 2ª edição. São Paulo: Contexto. 2002. 160 p.

SOLARI, Aldo B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, Tomás e QUEDA, Oriowaldo. (Orgs.). **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1973. p. 3 – 17.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 190 p.

_____. O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, *et al.* **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 77 – 116.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ , Estudos Sociedade e Agricultura, nº 15, p.87 – 135, out., 2000.